



[CAPA \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA\)](https://www.bahiaja.com.br/capa) [ÚLTIMAS NOTÍCIAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS\)](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias)

[MIUDINHAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS\)](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas) [COLUNISTAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS\)](https://www.bahiaja.com.br/colunistas)

[ARTIGOS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS\)](https://www.bahiaja.com.br/artigos) [FALE CONOSCO \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO\)](https://www.bahiaja.com.br/faleconosco)

ter?a-feira, 18 de maio de 2021

ECONOMIA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ECONOMIA](https://www.bahiaja.com.br/economia))

USUÁRIOS JÁ REGISTRARAM 1.307 MANIFESTAÇÕES AO FISCO VIA PREÇO DA HORA

As queixas serão encaminhadas à fiscalização da Sefaz-Ba, ao Procon, ao suporte técnico ou ao gestor do aplicativo, a depender do problema relatado

Ascom Sefaz , Salvador | 17/05/2021 às 18:44

O Preço da Hora Bahia já recebeu dos usuários 1.306 registros de ocorrências, relatados por meio do novo botão "Informar problema". De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), responsável pelo app, o encaminhamento das queixas é feito de acordo com o problema relatado. Situações como estabelecimentos que se recusam a emitir nota fiscal e divergências entre o valor pago e o registrado em nota serão encaminhadas diretamente à fiscalização da Sefaz-Ba, enquanto os casos de preços abusivos serão relatados ao Procon.

As divergências entre o preço constante no app e o praticado pelo estabelecimento são da alçada do próprio gestor do sistema. Existem ainda os casos encaminhados para resolução pelas empresas ou pelo suporte técnico, como endereço ou telefone errados, imagem ou denominação erradas do produto e erro na rota para se chegar ao estabelecimento.

Utilizar a nova função e relatar problemas à Sefaz-Ba é muito simples. Após o usuário finalizar a pesquisa de um produto e escolher um estabelecimento, está disponível o botão "Informar problema", que abre uma lista de opções apresentada pelo aplicativo. Caso a lista não apresente a irregularidade que o consumidor quer reportar, é só escolher o campo "Outros" e digitar o problema encontrado.

Canal de comunicação com o fisco

"Com esta nova funcionalidade, o Preço da Hora Bahia tornou-se também um canal direto de comunicação entre a Fazenda Estadual e o consumidor. Ele pode, com poucos cliques, reportar desde um problema no uso do aplicativo até uma irregularidade como a não emissão da nota fiscal pelo estabelecimento", afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitério.

Com o aplicativo, que já registra 430 mil downloads usuários em toda a Bahia, o consumidor pode pesquisar os preços de todos os produtos comercializados no estado, a partir de informações extraídas das mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela Sefaz-Ba. Atualmente podem ser pesquisados mais de 500 mil produtos.

O aplicativo Preço da Hora Bahia está disponível na Apple Store e no Google Play Store. A ferramenta também pode ser acessada pelo site precodahora.ba.gov.br. O botão "Informar problema" é uma das novidades trazidas pela versão 1.2 do app, disponível portanto para o usuário via celular. Quem já possui o Preço da Hora Bahia e ainda não dispõe do recurso precisa atualizar o app para obter as novas funcionalidades.

Combustíveis

As outras novidades da versão 1.2 traz são a consulta ao histórico de preços dos combustíveis comercializados na Bahia e a possibilidade de compartilhar, com poucos cliques, os melhores preços dos produtos nas redes sociais Whatsapp, Facebook e Twitter.

A consulta ao histórico de preços dos combustíveis é feita de forma simples. Ao abrir o app, basta clicar em “Combustíveis” e na sequência escolher entre gasolina, etanol, GNV ou diesel. A ferramenta irá rapidamente pesquisar os melhores preços nos postos localizados dentro do raio definido pelo usuário, que varia de um a 30 quilômetros. Na sequência é só escolher um dos estabelecimentos e clicar em “Abrir Histórico”. O app apresentará quatro opções de consulta: a variação de preços do combustível escolhido diariamente e por mês, e o histórico de preços do estabelecimento selecionado também por dia e por mês. Os dados são apresentados em um gráfico com duas linhas em cores diferentes que apresentam os preços médio e mínimo. Ao clicar em um ponto do gráfico serão apresentados os valores daquele período.

“O consumidor tem em mãos uma ferramenta muito útil, que irá ajudá-lo a economizar. O gasto com os combustíveis normalmente pesa bastante no orçamento e com o Preço da Hora é possível localizar, rapidamente, o estabelecimento com menor valor e, a partir dessa nova versão, consultar o histórico de preços dos combustíveis em todo o estado ou no posto escolhido”, afirma o diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt.

Preços compartilhados

Outra funcionalidade nova é a de compartilhamento de preços com amigos e familiares. Após realizar a pesquisa de qualquer produto e selecionar um dos estabelecimentos, logo ao lado do valor da mercadoria está o ícone que, ao ser clicado, permite que o usuário possa compartilhar uma boa dica de preço em suas redes sociais como Whatsapp, Twitter, Facebook e também por mensagem de texto.

A quarta novidade da nova versão do Preço da Hora Bahia está no leiaute do aplicativo, que facilita a visualização, pelo usuário, de esclarecimento sobre preços que estão aparentemente bem abaixo do valor de mercado. Nesse tipo de situação, alerta a Sefaz-Ba, é importante confirmar se os eventuais descontos exibidos continuam válidos e se são aplicáveis a todos os clientes.

“Os preços que aparecem no app são obtidos das informações de notas fiscais na medida em que são emitidas, mas o estabelecimento não é obrigado a garantir um valor que tenha sido praticado em promoção ou situações como vendas a usuários fidelizados, descontos por pagamento à vista, promoções-relâmpago, entre outras. O consumidor, portanto, deve ligar para a loja e confirmar se o preço permanece o mesmo. Isto pode ser feito diretamente do aplicativo, que exibe o telefone informado pelo estabelecimento na nota fiscal”, assinala o diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba.



(<https://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?idEditoria=1&idNoticia=132385>)

MAIS NOTÍCIAS

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/05/17/in-pacto-vai-lancar-edital-de-apoio-a-empresas-em-junho,132387,0.html>)
IN PACTO VAI LANÇAR EDITAL DE APOIO A EMPRESAS EM JUNHO (<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/05/17/in-pacto-vai-lancar-edital-de-apoio-a-empresas-em-junho,132387,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/05/17/in-pacto-vai-lancar-edital-de-apoio-a-empresas-em-junho,132387,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/05/17/in-pacto-vai-lancar-edital-de-apoio-a-empresas-em-junho,132387,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/05/17/in-pacto-vai-lancar-edital-de-apoio-a-empresas-em-junho,132387,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/05/17/grupo-vitalmed-abre-nova-loja-no-shopping-da-bahia,132382,0.html>)
GRUPO VITALMED ABRE NOVA LOJA NO SHOPPING DA BAHIA (<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/05/17/grupo-vitalmed-abre-nova-loja-no-shopping-da-bahia,132382,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/05/17/grupo-vitalmed-abre-nova-loja-no-shopping-da-bahia,132382,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/05/17/grupo-vitalmed-abre-nova-loja-no-shopping-da-bahia,132382,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/05/17/grupo-vitalmed-abre-nova-loja-no-shopping-da-bahia,132382,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/05/14/cresce-procura-por-residencias-de-alto-padrao-em-ssa-e-litoral-norte,132351,0.html>)

CRESCER PROCURA POR RESIDÊNCIAS DE ALTO PADRÃO EM SSA E LITORAL NORTE (<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/05/14/cresce-procura-por-residencias-de-alto-padrao-em-ssa-e-litoral-norte,132351,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/05/14/cresce-procura-por-residencias-de-alto-padrao-em-ssa-e-litoral-norte,132351,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/05/14/cresce-procura-por-residencias-de-alto-padrao-em-ssa-e-litoral-norte,132351,0.html>)

OPINIÃO

opinio@grupoatarde.com.br

Os artigos assinados publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE. Participe desta página: e-mail: opiniao@grupoatarde.com.br Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

Tempo Presente

tempopresente@grupoatarde.com.br

Fiol é tema de debate hoje pela internet

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) da Bahia promove hoje, às 17 horas, a sétima edição do projeto 'Vamos Debater?', desta vez com o tema da implantação do Porto Sul e a Ferrovia Oeste-Leste (Fiol).

O encontro virtual será transmitido pelo canal do Crea no YouTube, com a participação de gestores dos setores privado e público, entre os quais o vice-governador, João Leão, e o presidente da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), Antônio Carlos Tramm.

Também terão a palavra o presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB), Zenildo Santana, conhecido como Zé Cocá; o presidente da Associação dos Agricultores Irrigantes (Aiba), Odacil Ranz; e o gerente da Agência Nacional de Mineração na Bahia, geólogo Mário Carvalho.

A mediação do debate pela internet será da inspetora do Crea, engenheira civil Pamela Firchhof, para quem a discussão dos efeitos das obras afeta diretamente os profissionais da área tecnológica.

— Agradeço ao presidente do Crea, Joseval Carqueija, a oportunidade de mediar este evento sobre a Fiol, obra de grande importância para a economia e que irá trazer um novo olhar para o interior do país — disse Pamela.

A expectativa gerada pelos equipamentos é de incentivo a novos empreendimentos ao longo de toda a malha férrea, cortando em linha diagonal toda a Bahia, para viabilizar o escoamento da produção de riquezas do estado.

A série 'Vamos debater?' tem a proposta de discutir pautas sobre assuntos de ampla repercussão na sociedade baiana, como a saída da Ford da Bahia, gestão de resíduos de construção e demolição, abalos sísmicos e energia solar.

“Qualquer investigação, em qualquer lugar, você tem um investigado e uma tese de defesa. O governo não tem [tese de defesa], então vive de agredir, de tentar expor as pessoas, confrontar, fazer fake news e mentir”

RENAN CALHEIROS, senador e relator da CPI da Covid, sobre a reação do governo Bolsonaro à comissão



Olga Leiria / Ag. A TARDE

SONHAR | A desesperança contínua tem efeitos terríveis sobre as pessoas. Muitos de nós foram levados a crer que uma vida assim é “normal”, mas não, uma vida digna inclui, sempre, a possibilidade de sonhar e a justiça de alcançar o sonho.

Luís Miguel, o Sol de América

Antonio Carlos Nogueira Reis

Advogado, membro da Academia de Letras Jurídicas da Bahia
antoniocarlos@nogueirareis.com.br

Tomei conhecimento da voz de Luís Miguel durante uma excursão que fizemos, há décadas atrás, através de uma conhecida agência de turismo, saindo de Madrid com destino à Andaluzia, visitando inicialmente Córdoba, caracterizada pela inédita convivência, num mesmo local, entre dois templos religiosos distintos: uma catedral cristã e uma mesquita muçulmana. Mas o melhor foram os dias que passamos na belíssima Sevilha. Fato surpreendentemente agradável para mim é que tanto no percurso à Andaluzia quanto no retorno a Madrid fomos brindados com uma boa seleção de clássicos da mú-

sica erudita e outra de inesquecíveis boleros. E ali, pela primeira vez, eu pude ouvir a encantadora voz de Luís Miguel.

Agora tomei conhecimento de uma série para a televisão produzida pela Netflix e da qual pude assistir a alguns capítulos. Trata-se de uma biografia romanceada do vitorioso cantor mexicano. Aliás, naturalizado, pois nasceu em Porto Rico. Isto faz lembrar fato semelhante ocorrido com Carlos Gardel, o maior ídolo da história do tango e que, infelizmente, não nasceu na

Luís Miguel desde criança já exibía sua surpreendente voz em pequenas aparições com o pai

Combate à homofobia

O Poder Judiciário da Bahia (PJBa), reconhecendo a importância do Dia Internacional de combate à homofobia, celebrado ontem, promove nos próximos dias a Semana de Combate à LGBTfobia. Comprometida em inserir a discussão sobre os direitos LGBTQIA+ no dia a dia do Judiciário baiano, gerando melhorias efetivas no bem-estar e na integração social de toda essa comunidade, a Comissão para a Promoção de Igualdade e Políticas Afirmativas em Questões de Gênero e Orientação Sexual (Cogen) conduzirá os trabalhos. Serão publicados esta semana textos e vídeos no site institucional e redes sociais, com o intuito de informar e esclarecer sobre o tema, promovendo reflexões e chamando a atenção para questões sensíveis, sobretudo a violência enfrentada pelo grupo.

Retomada “açodada”

Líder da oposição na Câmara de Salvador, a vereadora Marta Rodrigues (PT) viu com extrema preocupação o anúncio do prefeito Bruno Reis (DEM), ontem, de que a capital baiana corre risco de viver uma terceira onda. Segundo a edil, a oposição vem desde a semana retrasada alertando para riscos da reabertura da fase amarela.

— A reabertura foi anunciada com a taxa de ocupação em 76%, não seguiu o próprio critério estabelecido em decreto e não levou em consideração a precariedade do transporte de ônibus — declarou.

Bahia ganha espaço na indústria de transformação

A Bahia foi o estado que mais ganhou importância na produção da indústria de transformação brasileira entre os biênios 2007-2008 e 2017-2018, segundo estudo divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O ganho foi associado principalmente à conquista de uma maior parcela da produção brasileira de máquinas e materiais elétricos; borracha e material plástico; bebidas e produtos de minerais não metálicos, como cimento, tijolos e vidro.

O trabalho da CNI aponta para uma desconcentração da indústria brasileira na década estudada, devido à redução da participação do Sudeste no PIB industrial e aumento do Nordeste e demais regiões do país. São Paulo teria perdido 5,5% de participação, tomo representado por um percentual cinco vezes maior em relação ao segundo colocado, o Rio de Janeiro, com 1,1%.

Apesar do escorregão, a indústria paulista segue como principal produtora industrial do país, tendo o Sudeste perdido 7,5% ao passo de tímida expansão do Nordeste, com crescimento de 2,8%, e do Sul, 3,2%.

DA REDAÇÃO

ESPAÇO DO LEITOR

opinio@grupoatarde.com.br

Justa homenagem

Não posso, como cidadão baiano e leitor, deixar de registrar a brilhante ação deste jornal ao prestar uma justa homenagem aos garis, com a publicação, no último dia 16 de maio, de uma matéria alusiva ao aniversário da classe, inclusive com foto na primeira página de Luciana Neris do Amor Divino, pessoa que não conhecia, componente da classe. Trata-se, sem dúvida alguma, de uma grande e respeitável ação de humildade. **MESSIAS JOSÉ DAS VIRGENS, MJVJUNIOR@HOTMAIL.COM**

Máscaras em espaços públicos

Em vez de placas promocionais por conta da Covid, a prefeitura de Salvador poderia dar uma boa contribuição ao combate da pandemia colocando a sua Guarda Municipal para impedir que insensatos pratiquem exercícios sem máscara em áreas municipais, a exemplo de parques e praças. São exemplos a praça dos Eucaliptos, no Caminho das Árvores, o Campo Grande e o Farol da Barra, dentre outros locais, onde muitos andam ou correm bufando saliva nos incautos, com tudo a contaminá-los. No caso do Farol é pior, pois a prefeitura controla a entrada com máscara em postos no Barra Center e no Ed. Oceania, porém entram nesse trecho alguns negacionistas que a retiram

para só colocá-la na saída. Se a Guarda Municipal é destinada a proteger equipamentos do município e seus usuários, aí, sim, caberia se impedir até duramente a presença desses infratores, em vez de atacar pessoas humildes e trabalhadores em abordagens de outra natureza, como ocorrido há poucos dias. **LAFAYETTE PONDÉ FILHO, LPF41@HOTMAIL.COM**

Desperdício de testes

No dia 9/5/21, li neste Espaço do Leitor uma excelente colocação do Sr. Geraldo Badá, referente ao fato de o Brasil ser um dos países que menos testam no mundo contra a Co-

Para aumentar minha perplexidade: o Brasil está prestes a perder 2,3 milhões de testes para Covid, cuja validade expira até o final deste mês nos depósitos do Ministério da Saúde

vid-19. Isso já me deixou um tanto quanto estarecido e decepcionado. Contudo, para aumentar minha perplexidade, nos chega a notícia de que o Brasil está prestes a perder 2,3 milhões de testes, cuja validade expira até o final deste mês, nos depósitos do Ministério da Saúde. Ora, além de ser um grande contrassenso, isto beira a irresponsabilidade. Como pode um país que está no epicentro da Covid no mundo se dar ao “luxo” de jogar fora uma quantidade desta de testes, por não conseguir fazer chegar aos municípios, onde as pessoas perdem noites em filas, mendigando a possibilidade de testar, no intuito de se proteger e proteger o próximo? Seria cômico se não fosse trágico: o então ministro da Saúde que deixou estes testes “largados” — general Pazuello — trabalhou por muitos anos, exatamente na área de logística no Exército Brasileiro (imagino a qualidade deste trabalho por lá). Até quando vamos conviver com essa situação esdrúxula, onde se perdem milhões de testes enquanto batemos todos os recordes de mortes e a população implora para ser testada? Coisas do nosso Brasil. **AMARILDO TEIXEIRA, AMARILDOJTEIXEIRA@HOTMAIL.COM**

Descaso nos transportes

Não precisou de muito tempo para que a população de Salvador viesse a sentir na pele as vísceras do sistema de transporte coletivo

por incompetência (ou má vontade) da prefeitura. Depois da retirada de quantidade considerável de linhas de circulação, além de modificar ou extinguir itinerários sem aviso prévio aos usuários; depois de promessas não cumpridas de 100% da frota com veículos dotados de ar-condicionado; depois da suspensão sem justificativa condizente da meia-passageira aos domingos, enquanto outras medidas restritivas estão constantemente sendo afrouxadas, eis que a atual gestão da prefeitura resolve acrescentar para os moradores do IAPI, Pau Miúdo e adjacências o pacote de maldades: retiram boa parte dos ônibus convencionais em plena pandemia substituindo-os por micro-ônibus para linhas que provocam demandas intensas nessas localidades, ampliando ainda mais as aglomerações em horários de pico e os riscos iminentes de contágios entre passageiros. As aglomerações por falta de espaço e de cadeiras em veículos minúsculos mais que lotados já provocaram até, por exemplo, a necessidade de que pessoas viessem a sentar no colo de algum acompanhante. Diante dos transtornos, que se restabeleça nessas localidades não somente os ônibus convencionais, mas o período que se tinha algum tipo de qualidade nos transportes oferecidos por aqui, perdidos em um passado distante. **WILSON SANTOS, WSANTOS@BOL.COM.BR**

COVID-19 Em Salvador, números da pandemia do coronavírus preocupam o prefeito Bruno Reis

Pesquisadores da Fiocruz alertam para começo de 3ª onda na Bahia

THIAGO CONCEIÇÃO

Diante dos números de casos e atual disseminação da Covid-19 na Bahia, pesquisadores da Fiocruz e gestores públicos apontam para uma situação de estabilidade epidêmica, mas alertam para o risco de uma nova explosão de casos nas próximas semanas, a chamada terceira onda, caso as medidas de prevenção contra o coronavírus não sejam mantidas.

Nas últimas 24 horas foram registradas 78 mortes pela Covid-19 na Bahia, que ocorreram em diferentes datas. Desde o início da pandemia, um total de 19.972 pessoas morreram pela doença. O estado chegou à marca de 957.267 casos de Covid-19, 1.917 em 24 horas. O total de 921.056 pessoas estão curadas, 2.476 no dia de ontem. Os dados são da Secretaria da Saúde da Bahia (Sesab), divulgados ontem.

Análise

De acordo com o recente boletim do Observatório Fiocruz Covid-19, divulgado no último dia 13, a Bahia apresenta relativa estabilidade de avanço de casos, na análise dos primeiros dias deste mês. No entanto, a exemplo de outros estados do país, os pesquisadores afirmam que ainda existe uma intensa circulação do vírus e que a pandemia pode alcançar níveis críticos nas próximas semanas, além da possibilidade de disseminação de variantes.

“A observada manutenção de um alto patamar, apesar da ligeira redução nos indicadores de criticidade da pandemia, exige que sejam mantidos todos os cuidados, pois uma terceira onda agora, com taxas ainda elevadas, pode representar uma crise sanitária ainda mais grave”, conclui o boletim da Fiocruz.

Em entrevista para o A TARDE, a infectologista e pesquisadora da Rede Covid-19-Fiocruz Bahia, Fernanda



Felipe Iruatã / Ag. A TARDE

Infectologista afirma que, para evitar nova alta, é necessário acelerar ritmo de vacinação e uso de máscara

Grassi, reforça que aumentar a velocidade de imunização populacional no estado e preservar hábitos de prevenção são essenciais para evitar o agravamento da pandemia.

“Quando a vacinação não ocorre com a velocidade necessária, existe o maior risco

“Ainda existe o risco da chegada de uma terceira onda”

BRUNO REIS, prefeito

do vírus ganhar variantes. Além disso, hábitos como o distanciamento social, uso de máscaras, álcool em gel são essenciais para conter o avanço da Covid-19”, explica a pesquisadora.

Preocupação

Em Salvador, onde estão registrados 199.810 casos do novo coronavírus, com 6.049 mortes e 192.813 curados, o prefeito Bruno Reis (DEM) não esconde a preocupação com a possibilidade de uma terceira onda.

“Estamos enfrentando um momento difícil. É preciso alertar que os números de casos aumentaram de forma expressiva. Estamos com elevadas taxas de ocupação de leitos. Ainda existe

o risco da chegada de uma terceira onda, a exemplo do que ocorre no mundo todo”, disse Bruno Reis, em coletiva realizada ontem.

Ainda segundo o prefeito, para que Salvador não passe por medidas mais restritivas de enfrentamento da pandemia, a população terá que colaborar e seguir as medidas de prevenção, a exemplo de evitar as aglomerações.

Leitos

De acordo com a Sesab, em todo o estado, dos 1.588 leitos de UTI adulto para a Covid-19, 1.328 possuem pacientes internados, uma taxa de ocupação de 84%. Na UTI Pediátrica, 23 dos 36 leitos destinados para a doença estão ocupados, represen-

tando uma taxa de 64%.

Na capital, dos 779 leitos de UTI adulto, 629 estão ocupados, taxa de 81%. Na UTI Pediátrica, 17 dos 27 leitos destinados para a doença estão ocupados, uma taxa de ocupação de 63%. Com relação aos leitos de enfermagem adulta da Bahia, dos 1.772, o total de 1.176 estão ocupados, taxa de ocupação de 66%. Nos leitos de enfermagem pediátrica, das 67 vagas, 44 estão em uso, uma taxa de ocupação de 66%.

Na capital, dos 704 leitos clínicos adultos voltados para o tratamento da Covid-19, 503 estão ocupados, taxa de 71%. No cenário dos leitos clínicos pediátricos, 26 das 37 vagas disponíveis estão ocupadas, taxa de 70%.

Profissionais de limpeza e segurança na lista prioritária

FERNANDO VALVERDE

Os profissionais da segurança e da limpeza pública de Salvador, a partir dos 18 anos de idade, poderão ser vacinados contra a Covid-19 já a partir de hoje. O anúncio foi feito pelo prefeito Bruno Reis (DEM), que afirmou ter expectativas de que a vacinação das categorias citadas seja completa ainda nesta semana.

Após a vacinação dos grupos escolhidos, a tendência é que Salvador retome para o critério de imunização por idade, contrariando o pleito de algumas categorias, como os jornalistas, para a inclusão nos grupos a serem vacinados.

“Se a gente for seguir essa linha de ir por categoria, todas as outras atividades também vão utilizar o movimento de prioridades. Eu acho que, vacinando os essenciais, o mais justo agora é seguir a vacinação por idade, descendo as idades, para que possamos, no final desta semana, vacinar quem tem 58 anos, 57. Tenho certeza de que este é o critério mais justo, para que todos tenham a perspectiva com clareza de quando serão vacinados”, pontuou o prefeito da capital baiana.

Apesar da posição do prefeito Bruno Reis, o mesmo confirmou que o secretário da Saúde do município, Leo Prates, levará a proposta da inclusão de jornalistas nos grupos prioritários para a Comissão Intergestores Bipartite (CIB), fórum de negociação entre o estado e os municípios para decidir as medidas a serem adotadas pelo SUS (Sistema Único de Saúde).

“Tenho certeza de que isso vai facilitar muito o trabalho da prefeitura. Hoje perdemos mais tempo conferindo se a pessoa tem o direito de receber a vacina do que aplicando a vacina. Pela estrutura que temos, não éramos para ter fila”, completa Bruno Reis.

Segunda dose da Coronavac será apenas pelo Hora Marcada

TÁCIO CALDAS*

Com o mutirão realizado no último final de semana, poucas doses do imunizante da Coronavac sobraram em Salvador. Devido a isto, apenas os cidadãos com o serviço agendado pelo Hora Marcada serão contemplados com a 2ª dose dessa vacina hoje. Quem buscar a segunda dose da AstraZeneca/Oxford não deve encontrar dificuldades, pois o serviço continua normalmente em Salvador, assim como a vacinação em 1ª dose para os públicos já contemplados.

O baixo quantitativo de imunizantes da Coronavac na capital deixou a Secretaria Municipal da Saúde (SMS) em alerta, fazendo com que medidas fossem adotadas para hoje. Visando não comprometer o estoque e acabar promovendo aglomerações, a SMS definiu que apenas as pessoas cadastradas no serviço Hora Marcada poderão buscar o complemento do seu quadro vacinal contra a Covid-19 com o imunizante fabricado pela Butantan. Para tanto foram abertas



Shirley Stolze / Ag. A TARDE

Fila para a vacinação no 5º Centro de Saúde estava grande

2,5 mil vagas para que os cidadãos possam agendar pelo site vacinahoramarcada.saude.salvador.ba.gov.br. De acordo com a SMS, até o fechamento dessa edição, ainda havia vagas disponíveis.

Já quem busca pelo imunizante da AstraZeneca/Oxford para a 2ª dose pode ficar tranquilo que a campanha segue a todo vapor. Para este público basta conferir a data de retorno no cartão de vacinação e se dirigir a um dos postos disponíveis, que podem ser encontrados no site do Filômetro (filometro.saude.salvador.ba.gov.br). No ato da vacinação as pessoas devem apresentar, além do

cartão, um documento oficial com foto. A imunização desse público ocorre durante todo o dia, das 8h às 16h.

Novas doses

A Bahia receberá na madrugada de amanhã mais de 290 mil doses de imunizantes contra a Covid-19. O voo com a nova remessa tem o pouso previsto para 04h45 no aeroporto de Salvador.

De acordo com o secretário da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab), Fábio Vilas-Boas, tudo ocorreu pelo esforço do Governo do Estado. “[...] Receberemos mais 297,300 mil doses de vacinas contra a Covid-19,

produzidas pela Fiocruz e pelo Butantan. Graças aos esforços do governador Rui Costa”, afirmou em sua conta do Twitter.

Filas

Nesta segunda-feira houve uma procura incessante pelos imunizantes contra a Covid-19, principalmente quem buscava a 2ª dose da Coronavac. O serviço, que encerrou o atendimento às 13h de ontem, contou com muita fila de pedestres e de carros no 5º Centro de Saúde Clementino Fraga.

* SOB A SUPERVISÃO DO EDITOR RAFAEL TIAGO NUNES

Três bairros da capital sob medidas de proteção à vida

GABRIEL GALINDO*

Com uma crescente no número de casos positivos de Covid-19, três bairros de Salvador são colocados sob medidas de proteção à vida: Boca do Rio, Lobato e São Marcos. Eles se juntam a Fazenda Grande do Retiro, São Caetano e Brotas formando, assim, os seis bairros da capital que estão contemplados. Por outro lado, com a redução de casos, os bairros de Liberdade, Paripe e Pernambués deixaram de ter as medidas restritivas.

Ação realiza 150 testagens gratuitas, por dia, a partir de 8h, distribuição de máscaras, lavagem das ruas, além de contar com carros de som para conscientizar as pessoas.

De acordo com o coordenador das ações de proteção à vida, Fábio Mota, as ações vêm reduzindo a quantidade de casos, aos poucos, e todos os bairros estão em observação para, a cada sete dias, serem incluídos ou não na ação. “A gente recebe dados da cidade como um todo. Os seis que estão aí são os principais bairros onde se tem a maior quantidade de índices de coronavírus na cidade nos últimos sete dias”, disse Mota.

Ontem, São Caetano, novamente, foi o líder de casos positivos com 70 pessoas, seguido de Fazenda Grande do Retiro (46), São Marcos (40), Brotas (36), Boca do Rio (33) e Lobato (32). Segundo o coordenador, os números vêm caindo à medida que os agentes permanecem nos locais mantendo a fiscalização. Entretanto, voltam a aumentar após a saída da operação do lugar. “Infelizmente, quando a gente sai acontece o relaxamento, sensação de que já melhorou, aí se descuidam e, por isso, que estamos voltando por esses bairros pela terceira vez”, informou.

A moradora e líder comunitária do bairro de São Caetano Rita Rebouças relatou que as aglomerações, festas-paredão e falta do uso de máscaras são os principais culpados pelos números no local. Para ela, a solução para o problema deve partir das pessoas e do estado. “Se deve ter mais amor à própria vida e respeitar a vida dos outros, além de mais conscientização e vigilância dos poderes públicos”, afirmou.

* SOB A SUPERVISÃO DO EDITOR RAFAEL TIAGO NUNES

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupotarde.com.br

MEIO AMBIENTE Central de tratamento de resíduos é inaugurada no município do extremo sul baiano, com presença do ministro Ricardo Salles

Santa Cruz Cabralia ganha um novo aterro sanitário

LUIZ FELIPE FERNANDEZ

Uma das mais importantes zonas turísticas da Bahia e do Nordeste e responsável por abrigar parte importante da história da chegada dos portugueses ao Brasil, a cidade de Santa Cruz Cabralia (extremo sul baiano) ganhou um importante aliado na conservação ambiental da região. Ontem, com a presença do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, foi inaugurada a nova Central de Tratamento e Valorização do Resíduo (CTVR), que vai reduzir a poluição e degradação da natureza nativa.

O CTVR implantado pela empresa Naturalle na Costa do Descobrimento é o mais moderno tipo de aterro sanitário, com três camadas que impedem que o lixo contamine o solo e não chegue ao mar e aos lençóis freáticos.

Em entrevista ao Grupo A TARDE, o responsável técnico da empresa, João Fortuna, explica que o equipamento, localizado em uma área de 74 hectares entre as cidades de Porto Seguro e Eunápolis, vai concentrar o recebimento de resíduos que hoje são lançados nos lixões de todas as cidades no entorno.

“O local onde será depositado o resíduo sólido é totalmente impermeabilizado com uma tripla camada de proteção: uma camada de argila, outra de geocomposto de betonito, uma manta de polietileno de alta densidade e, por cima uma camada de proteção de solo arenoso, para somente depois vir o resíduo”, descreve o engenheiro civil com doutorado em meio ambiente.

O novo aterro sanitário faz parte do programa Lixo

Zero, eixo da Agenda Ambiental Urbana, lançada em 2019 pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), implantado pelo governo federal para tentar erradicar os lixões no país.

Resíduos domésticos
No mesmo local podem ser

CTVR impede que o lixo contamine o solo e chegue ao mar e aos lençóis freáticos

tratados os resíduos domésticos, da construção civil, dos serviços de saúde (que são autoclavados ou incinerados) e industriais.

“Normalmente os resíduos descartados de qualquer jeito no solo produzem o chorume, que polui não só os recursos hídricos superficiais como também subterrâneos; [...] em uma CTVR, no mesmo local, você resolve todos estes problemas de resíduos da localidade”, justifica.

O engenheiro acrescenta que este novo aparato pode se tornar um “novo nicho de trabalho ambiental”, sendo um atrativo para aqueles que desejam investir na área com “responsabilidade”.

A obra não teve custo para o governo federal e foi via-

bilizada pela Naturalle, que investiu R\$ 50 milhões no aterro.

Em visita à cidade, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, concedeu uma entrevista exclusiva ao A TARDE, em que trata de questões cruciais à área da pasta. Na entrevista, Salles defendeu as ações ordenadas pelo governo do presidente Jair Bolsonaro.

Entre os temas abordados, o ministro indica mudanças no processo de licenciamento ambiental, diz que “o desenvolvimento econômico vem junto com a preservação ambiental” e nega o desmonte dos órgãos de controle, além de destacar a postura do Brasil na Cúpula do Clima, que, segundo ele, “foi elogiada por todos”.

Adelmo Borges / Divulgação



Vitor Souto, Ricardo Salles, Agnelo Santos e Paulo Abud inauguraram o CTVR

FINANÇAS

Taxas federais poderão ser quitadas com PicPay

WELLTON MÁXIMO
Agência Brasil, Brasília

O cidadão tem uma opção adicional para quitar taxas, contribuições e multas federais por meio do celular. Plataforma digital de pagamento de serviços públicos federais, o PagTesoouro passou a oferecer o uso da carteira digital PicPay na opção cartão de crédito.

O PagTesoouro substituiu a Guia de Recolhimento da União (GRU) e está em testes desde outubro de 2019. Desde março, a plataforma permite pagamentos com o Mercado Pago, carteira digital disponível no site Mercado Livre.

Desde novembro do ano passado, o PagTesoouro permite pagamentos por meio do Pix, sistema de pagamentos instantâneos do Banco Central (BC).

Entre os órgãos que aderiram ao PagTesoouro estão o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Secretaria de Pesca e Aquicultura, o Departamento da Polícia Rodoviária Federal (DPRF), a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e o Comando do Exército.

Nos últimos dois meses, sete órgãos aderiram à plataforma: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA), Fundo do Serviço Militar, Comando da Aeronáutica, Fundo do Exército, Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), Fundação Alexandre Gusmão e Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Desenvolvido em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), o PagTesoouro permite o pagamento, por meio de débito instantâneo ou do cartão de crédito, de serviços como importação de produtos, certificação, registro de patentes, venda de ingressos em parques nacionais, além das multas eleitorais, de trânsito, ambientais e inscrições de cursos e concursos. Todo o procedimento é digital, com a transação sendo compensada imediatamente.

Todo o procedimento é digital, com a transação sendo compensada imediatamente

TECNOLOGIA

Novo app agenda atendimentos presenciais na Receita Federal

WELLTON MÁXIMO
Agência Brasil, Brasília

Desde ontem, o contribuinte que precisar de atendimento presencial em unidades da Receita Federal podem agendar o serviço por um novo aplicativo. Desenvolvido em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), o aplicativo Agendamento RFB pode ser baixado gratuitamente na App Store, da Apple, e no Google Play, para celulares com o sistema Android.

Até agora, a marcação de atendimentos presenciais só podia ser feita pelo computador, por meio do Sistema Nacional de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento, mas não havia ferramenta disponível para celulares.

O contribuinte poderá escolher o serviço, o dia, o horário e a unidade da Receita Federal em que deseja ser atendido, conforme o número de vagas disponíveis. O aplicativo, no entanto, traz novidades em relação ao agendamento pelo computador. Por meio da geolocalização do celular, a ferramenta sugere a unidade mais próxima da Receita e exibe um mapa que permite traçar rotas.

INDÚSTRIA

Ambev e Heineken são autuadas em flagrante

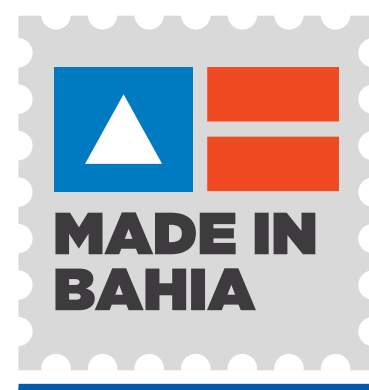
DA REDAÇÃO

Duas das maiores cervejarias do mundo, a Ambev e a Heineken foram autuadas por flagrante de trabalho análogo à escravidão em uma transportadora terceirizada. No total, 23 venezuelanos foram resgatados da empresa Sider.

Eles moraram por meses na cabine dos próprios caminhões que usavam para trabalhar e ficavam estacionados em Limeira e Jacareí, no interior de São Paulo.

Segundo o El País, no local os trabalhadores não tinham direito a alojamento nem acesso a água potável. Cada um deles será indenizado em R\$ 28.576. em nota, a Ambev confirmou o caso e se disse surpreendida pelo ocorrido com a terceirizada. A empresa informou que vai acompanhar de perto os desdobramentos na Justiça para garantir o pagamento de “todas as verbas e indenizações trabalhistas”.

A Heineken, por sua vez, reforçou que a empresa não possui nenhum vínculo com os motoristas flagrados em condições de escravidão e disse que repudia “completamente qualquer forma de atuação que não respeite os direitos fundamentais dos trabalhadores”.



Liga Álvaro Bahia & Hospital Martagão Gesteira



ROSINA BAHIA ALICE CARVALHO DOS SANTOS

Presidente de honra da Liga Álvaro Bahia contra a Mortalidade Infantil

Em 1923 na Bahia, de cada 100 crianças nascidas, 40 vinham a óbito antes de um ano de vida. Dr. Álvaro Pontes Bahia dividiu com o mestre Dr. Joaquim Martagão Gesteira sua intenção de criar uma entidade para diminuir a mortalidade infantil. Juntos, angariaram adeptos e formaram a base da então Liga Bahiana contra a Mortalidade Infantil, instituição filantrópica fundada em 17/6/1923, elevando, assim, a Bahia ao pioneirismo de um relevante trabalho no atendimento materno-infantil.

Em 1945, não existia hospital pediátrico. Álvaro Bahia acalentava o sonho de construir um. A pedra fundamental do seu “Hospitalzinho de Bebês” foi lançada em 3/7/1946. A construção, iniciada em fevereiro de 1951, levou cerca de 19 anos, até a sua inauguração.

Em 12/8/1964, foi assinado convênio com o Seam (Serviço de Assistência ao Menor), representado pelo Dr. Álvaro Bahia, pelo qual a Liga ofereceria 30 leitos cativos no Hospital, e o Seam contribuiria com 50 milhões de cruzeiros, proporcionando um fôlego financeiro para a instituição, prevendo a sua inauguração.

Álvaro Bahia não conseguiu presenciar o seu funcionamento, pois falecera em 8/10/1964. Finalmente, foi inaugurado em 17/3/1965, com a abertura da Unidade Ambulatorial e, em 15/8/1966, com a pretensão de ser, também, um “Centro de Estudos”. Para homenagear o amigo, Álvaro Bahia batizou-o de Hospital Martagão Gesteira, referência em pediatria no Norte/Nordeste.

Em 15/6/1967, aprovaram a mudança do nome da entidade para Liga Álvaro Bahia contra a Mortalidade Infantil (LABCMI), como homenagem ao seu idealizador. Pelos seus tão relevantes serviços, a instituição tem recebido diversos prêmios, homenagens e reconhecimentos, destacando-se a placa dos ODMs (Objetivos do Desenvolvimento do Milênio), que lhe foi concedida em 23/5/2014, em Brasília, pela Secretaria Geral da Presidência da República (ONU/Pnud).

O HMG, 100% SUS, exerce importante função, garantindo a vida e promovendo o acesso à saúde das crianças da Bahia, em diversas especialidades, com foco principal para as de alta complexidade. Possui duas UTIs Pediátricas Clínicas e uma UTI Neonatal cirúrgica, todas com 10 leitos. Em 2020, em plena pandemia, realizou o primeiro transplante de medula óssea em paciente abaixo de 14 anos, pelo SUS. Possui Programas de Residência Médica e Residência Multiprofissional e um contingente dedicado de cerca de 400 voluntários.

Em parceria com o grupo de empresários do Business Bahia e a Sescap-BA, lançou no mês de abril a campanha Doe Esperança, na qual o contribuinte destina parte do seu imposto de renda para a instituição. Todas as informações de como proceder estão disponibilizadas no site www.martagaogesteira.com.br.

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

jairo.junior@redabahia.com.br

@satelite

Na incessante guerra promovida por preconceitos, muitas vidas estão sendo perdidas. Homofobia é crime. É um direito seu não aceitar, mas também é um dever respeitar

Paulo Câmara

Deputado estadual do PSDB

Questão de polícia

Após perder a guerra jurídica travada com os policiais civis em torno das atuais regras para aposentadorias de servidores, o governo do estado incluiu a categoria na lista de mudanças previstas na nova PEC da Reforma da Previdência que será enviada em breve à Assembleia. A proposta garante aos que ingressaram na carreira até 31 de dezembro de 2003 o direito à integralidade e à paridade, ou seja, se aposentar com 100% do salário e receber os mesmos reajustes concedidos ao pessoal da ativa. Na reforma aprovada em janeiro de 2020, os PMs conquistaram os dois benefícios, mas a Civil foi excluída do pacote. O que levou o Sindicato dos Delegados de Polícia da Bahia (Adpeb) a mover uma ação para assegurar tratamento idêntico aos dos militares.

LINHA DE RISCO

Derrotado no Tribunal de Justiça, o governo foi obrigado a assegurar integralidade e paridade para os civis, sob pena de prisão, e decidiu ampliar os direitos também para agentes penitenciários na nova PEC da Reforma da Previdência, noticiada na edição de ontem.

Parado na contramão

A troca de comando na Secretaria Estadual de Turismo (Setur) esbarrou na resistência do governador Rui Costa (PT) ao nome apresentado pela cúpula do Podemos, partido que ficou com a cota de cargos no alto escalão do Palácio de Ondina antes destinada ao PL. Enquanto o cacique da legenda na Bahia, deputado federal Bacelar, insistia no irmão, o ex-diretor-geral do Detran Maurício Bacelar, Rui queria outra alternativa. Com isso, não se sabia até a noite de ontem se a pasta estará na lista de mudanças previstas para ser publicada hoje, no Diário Oficial. Ao mesmo tempo, o deputado federal José Rocha (PL) já foi avisado de que não terá mais espaço na Setur para seus apadrinhados.

Mapa da mina

Após a Chapada, Sudoeste e Oeste baianos serão as próximas áreas visitadas pelo ex-prefeito ACM Neto (DEM) na retomada da agenda de viagens ao interior, parte da tática do democrata para pavimentar sua candidatura ao governo estadual. Tanto na primeira quanto na segunda região, o DEM comanda as duas maiores cidades, respectivamente, Vitória da Conquista e Barreiras, tidas como fundamentais para os planos da oposição na queda de braço com o PT.

Chega mais!

A cúpula do PDT tenta convencer a vice-prefeita de Salvador, Ana Paula Matos, a disputar uma vaga de deputada estadual ou federal na sucessão do ano que vem. Nos últimos dias, a pedetista vem sendo estimulada a lançar sua candidatura pelo presidente da sigla na Bahia, deputado Félix Mendonça Júnior, e pelo ex-ministro Carlos Lupi, que comanda o diretório nacional do partido. Entretanto, os dois cardeais do PDT precisam antes convencer o prefeito Bruno Reis (DEM), já que a vice acumula também o cargo de secretária de Governo.

Abaixo da meta

Pesquisa do Instituto Paraná mostra que o Nordeste é a porção do país onde as Forças Armadas tem o menor grau de confiabilidade, com 28%. Nas demais, varia de 30% a 35%.

No dia do abraço, abrace quem você pode, mas não deixe de abraçar boas causas.

Jornal + copo R\$ 2,50

Ganhe um copo para celebrar o Dia do Abraço

Um novo Subúrbio

21/05 • SEXTA-FEIRA

Abrace uma causa

Correio*

bit.ly/abracecomocorreio

*Promoção válida enquanto durar o estoque. Assinantes podem adquirir o seu copo através do Central de Atendimento (70) 3480-9140 a partir da dia 13/05/2021. Promoção válida apenas para assinantes da capital. Jornal sem copo R\$2,50.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

O setor elétrico passa por um novo período de curto-circuito, com muitas más notícias que devem pressionar as tarifas de energia no ano que vem. Os passivos vêm se acumulando na conta de luz, o nível de água dos reservatórios é criticamente baixo, e o parecer do deputado Elmar Nascimento sobre a privatização da Eletrobras foi tão mal recebido que especialistas passaram a defender que é melhor deixar a empresa como está do que aprovar o seu texto. O ministro da Economia, Paulo Guedes, sumiu das discussões, e o ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque, não tem demonstrado força e disposição para barrar as demandas que o centrão tem sobre as muitas estatais do setor.

A explicação de um técnico do setor elétrico é a de que o país ainda nem pagou a conta da pandemia do ano passado - quando houve adiamento nos reajustes de energia - e já começou a acumular novos passivos este ano. O nível baixo dos reservatórios levou o governo a acionar as termelétricas mais caras e, pelos cálculos da Associação dos Grandes Consumidores de Energia (Abra-

ce), somente de janeiro a abril os consumidores terão uma conta de R\$ 5,4 bilhões a pagar. No mercado, há estimativas de que esse número possa chegar a R\$ 30 bilhões até dezembro. Do ano passado, o país herdou um buraco de R\$ 10 bi, e duas MPs aprovadas em 2021 acrescentaram mais R\$ 2 bilhões sob a forma de encargos.

- Esse era o quadro até o parecer do deputado Elmar Nascimento, que incluiu no texto uma série de jabutis, ou seja, projetos que nada têm a ver com a privatização da Eletrobras. Eles aumentam custos para o consumidor final e levam o setor elétrico novamente ao passado - disse o presidente da Abrece, Paulo Pedrosa.

Nascimento incorporou 70 emendas apresentadas à MP da privatização da empresa, diminuindo ativos da companhia e aumentando verbas para destinação política. A Codevasf, estatal de fomento da bacia do Rio São Francisco, foi uma das beneficiadas. Ela tem sido usada por aliados do governo no recebimento de recursos do chamado orçamento secreto.

A alta do dólar nos últimos 12 meses impacta as tarifas da usina de Itaipu, e o forte aumento do IGP-M bate nos reajustes anuais dos contratos das distribuidoras de energia. Além disso, houve um erro nas bandeiras tarifárias, que ficaram com sinalização amarela de janeiro a abril, quando o quadro

já havia se agravado.

O presidente Jair Bolsonaro começou a culpar a falta de chuvas para justificar os aumentos que virão na conta de luz. Essa é só uma parte do problema, mas ele deve mesmo se preocupar. Um tarifação na conta de energia irá atrapalhar seus planos na tentativa de reeleição no ano que vem. O risco é que ele tente segurar os preços, o que só aumentaria a crise e os problemas do setor.

MAIS PIB, JUROS E INFLAÇÃO

O mercado financeiro tem aumentado as projeções do PIB nas últimas semanas, depois da avaliação de que o choque da segunda onda da pandemia foi menos intenso do que o espera-

do. O grande problema é que isso ocorreu, entre outros motivos, porque o isolamento social foi menor do que o recomendável, o que agravou o número de mortes. Além disso, como mostram os números, as revisões no PIB vieram acompanhadas de aumento de inflação e de juros. Por isso, as expectativas para o ano que vem continuam sendo de crescimento baixo.

RASTROS DE EX-MINISTROS

O depoimento do ex-chanceler Ernesto Araújo, hoje, abrirá uma semana que promete ser quente na CPI da pandemia. Ontem, já foi pedida a quebra dos sigilos telefônico, fiscal e de e-mails de Araújo, e senadores da oposição vêm montando estratégia para que o silêncio do ex-ministro Eduardo Pazuello, no depoimento de amanhã, sirva de caminho para novas investigações. "A ideia é que as perguntas deixem o mais claro possível quais são os pontos que ele pretende esconder", explicou o senador Alessandro Vieira, ex-delegado da Polícia Civil.

POR ALVARO GRIBEL, A TITULAR DA COLUNA ESTÁ DE FÉRIAS.

NÚMERO DE JOVENS 'NEM-NEM' BATE RECORDE

LEVANTAMENTO A taxa de jovens que não trabalham nem estudam, os chamados "nem-nem", cresceu na pandemia e bateu recorde histórico ao alcançar 29,33% no segundo trimestre de 2020. Os números são de um estudo da Fundação

Getulio Vargas divulgado ontem e revela um cenário alarmante sobre a vulnerabilidade dos jovens brasileiros durante a pandemia do novo coronavírus, segundo reportagem da CNN Brasil.

A matéria também aponta que a taxa de pessoas com 15

a 29 anos que não estudam nem trabalham desacelerou no quarto trimestre, para 25,52%. Mesmo assim, apresenta um avanço sobre o mesmo período de 2019, quando estava em 23,66%.

Para o diretor da FGV Social, Marcelo Neri, a deterio-

ração do mercado de trabalho durante a pandemia para esse grupo foi o que mais impactou. Segundo ele, esses choques podem deixar marcas permanentes na trajetória de ascensão social de toda uma geração de brasileiros.

AGROPECUÁRIA JOÃO MARTINS S/A

CNPJ 15.141.740/0001-15

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais, submetemos a V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras e Demonstração do Resultado e demais peças dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020. Ficamos a disposição de todos os acionistas para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. Salvador 13 de maio de 2021.

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017, 2018, 2020 (Em R\$ mil, 000)

	2016	2017	2018	2019	2020		2016	2017	2018	2019	2020
ATIVO	2.754.483	3.099.033	3.815.956	4.003.234	4.674.647	PASSIVO	2.754.483	3.099.033	3.815.956	4.003.234	4.674.647
CIRCULANTE	1.300.878	1.653.418	2.415.033	2.612.467	3.052.800	CIRCULANTE	273.003	342.481	276.765	310.345	275.668
Caixa e Bancos	937.539	1.285.151	1.735.180	2.179.361	2.655.416	Obrigações Tributárias	261.273	279.112	213.791	225.121	170.956
Estoque	251.185	245.865	245.865	245.865	245.865	Obrig. Trabalhistas	11.730	51.546	59.449	58.439	64.388
Impostos a Recuperar	110	6.607	6.607	6.607	10.754	Fornecedores	-	11.822	3.525	26.785	40.324
Outros Créditos	112.044	115.794	427.381	180.633	140.765	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	324.261	276.753	308.843	284.987	333.658
NÃO CIRCULANTE	1.453.605	1.445.616	1.400.923	1.390.767	1.621.846	Financ. Cap. Giro	17.032	5.688	-	-	-
Part. Societárias	17.916	17.916	17.916	17.916	17.916	Crédito de sócios	142.885	142.885	142.885	142.885	142.885
Outros Investimentos	18.046	18.556	18.556	18.556	18.556	Obrigações Tributárias	164.344	128.200	165.958	142.103	190.773
Imóveis de Uso	1.485.749	1.485.749	1.485.749	1.485.749	1.485.749	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.157.220	2.479.800	3.230.348	3.407.902	4.065.322
Veículos	692.425	712.246	702.393	702.393	990.893	Capital Social	2.025.890	2.025.890	2.025.890	2.025.890	2.025.890
Móveis, Utensílios e Instalações	299.410	301.210	301.210	301.210	301.210	Reserva de Capital	334.710	334.710	334.710	334.710	334.710
Depreciação	(1.059.941)	(1.090.062)	(1.124.901)	(1.135.058)	(1.182.479)	Lucros Acumulados	(203.380)	119.200	869.748	1.047.302	1.704.722

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (Em R\$ mil, 000)

	2016	2017	2018	2019	2020
Receita c/Atividade Rural	2.312.121	2.050.455	2.729.817	2.655.766	2.744.304
Impostos Incidentes	(77.620)	(66.988)	(79.547)	(85.465)	(84.123)
Receita Líquida	2.234.501	1.983.467	2.650.270	2.570.301	2.660.180
Custos Agrícolas	(465.740)	(304.253)	(318.025)	(585.558)	(259.884)
Lucro Bruto	1.768.760	1.679.215	2.332.245	1.984.744	2.400.296
DESP. / REC. OPERACIONAIS	(1.468.331)	(976.655)	(1.114.169)	(1.281.288)	(1.127.012)
Desp. Administrativas	(3.208)	(21.186)	(9.219)	(12.562)	(31.307)
Desp. Financeiras	(177.069)	(176.440)	(240.244)	(272.915)	(348.671)
Desp. Tributárias	120.132	504.934	988.514	417.978	893.306
Lucro Operacional	120.132	504.934	988.514	417.978	893.306
Lucro Antes CSLL/IRPJ	120.132	504.934	988.514	417.978	893.306
CSLL	(59.491)	(55.613)	(64.584)	(70.827)	(70.961)
IRPJ	(137.309)	(128.568)	(153.486)	(169.597)	(168.868)
Lucro Líq. Exercício	(76.668)	320.753	750.544	177.554	653.477

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	2016	2017	2018	2019	2020
Fluxo de Caixa					
Das Atividades Operacionais					
Lucro Líquido do Exercício	(76.668)	320.753	750.544	177.554	653.477
(+) Depreciação	211.364	30.121	34.839	10.157	47.421
(+/-) Créditos a Receber	-	-	(335.354)	256.471	-
(+) Disponibilidades geradas atividades operacionais	134.696	350.874	450.029	444.181	700.898
Das Atividades de Investimentos					
(+) Investimentos	-	-	-	-	-
(+) Entrada de Imobilizado	15.924	19.822	-	-	278.500
(-) Disponibilidades geradas pelas atividades de investimentos	15.924	19.822			278.500
Das Atividades de Financiamentos					
Diminuição Empréstimo	-	-	-	-	-
(+) Diminuição Financiamentos	100.361	16.560	-	-	53.656
(-) Disponibilidades geradas pelas (aplicadas nas) atividades de Financiamento	100.361	16.560			53.656
AUMENTO/DIMINUIÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	219.133	347.112	450.029	444.181	476.504
DISPONIBILIDADES - início do período	718.406	937.539	1.285.151	1.735.180	2.179.361
DISPONIBILIDADES - final do período	937.539	1.285.151	1.735.180	2.179.361	2.655.416

DIRETORIA

DAVID MOREIRA MARTINS DA SILVA
JOAQUIM MARCELO MOREIRA MARTINS

JOÃO MARTINS DA SILVA JUNIOR

PAULO MOREIRA MARTINS
ANTONIO CARLOS DA SILVA MARTINS

Cledson Freire de Andrade - Contador CRC-BA 02772/20 - CPF 641.803.525-91

DEMONSTRAÇÃO LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS (Em R\$ mil, 000)

	2016	2017	2018	2019	2020
ORIGENS					
Saldo Anterior Lucros	-	-	119.200	869.748	1.047.302
Lucros/Prej. Acumulados (126.712)	(203.380)	-	-	-	-
Lucro/Prej. Exercício (76.668)	320.753	750.544	177.554	653.477	3.943
Ajustes	-	1.827	5	-	-
SOMA	(203.380)	119.200	869.748	1.047.302	1.704.722
DESTINAÇÃO					
Lucros/Prejuízos Acumulados	(203.380)	119.200	869.748	1.047.302	1.704.722

NOTAS EXPLICATIVAS

- Diretrizes Contábeis**
- As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei nº 6.404/76, levando em consideração as modificações introduzidas pelo decreto-lei nº 1.598/77 observando o regime de competência.
 - O ativo circulante e o passivo circulante representam os direitos e obrigações de até 360 dias.
 - O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e acrescido da correção monetária na forma da legislação de regência.
 - O capital social está totalmente integralizado e é de R\$2.025.890,00 representado por 2.025.890,00 ações ordinárias nominativas de R\$1,00 (hum real) cada uma.

Tribuna

Números da Covid-19 voltam a subir na Bahia e preocupam autoridades

YURI ABREU
REPORTER

Registrando desde meados de abril uma queda nos índices da covid-19, Salvador e o estado da Bahia voltaram a acender a luz amarela com relação a doença e autoridades até já admitem uma terceira onda do novo coronavírus, após outras duas que causaram apreensão e elevações no número de casos e mortes no ano passado e agora em 2021. Desta vez, o Dia das Mães tem sido apontado como possível vetor de transmissão, uma vez que muitas famílias se reuniram para comemorar a data, celebrada no último dia 9.

De acordo com dados da Secretaria de Saúde da

Bahia (Sesab), a taxa de ocupação dos leitos de UTI Adulto, no estado, está em 84%. Porém, há regiões do estado que 100% das unidades exclusivas de tratamento da doença estão preenchidas com pacientes – ou próximos disso –, a exemplo do oeste (96%), sudoeste (92%) e nordeste (100%). Focando apenas nos municípios, Alagoinhas, Guanambi, Caetitê, Vitória da Conquista e Barreiras são alguns dos que têm a totalidade de leitos ocupados.

“O oeste da Bahia hoje é, infelizmente, a pior região do estado em relação a pandemia, registrando 100% de ocupação dos leitos e com números de novos casos em disparada”, disse o governador Rui Costa, nesta segunda-feira (17), durante entrega de uma encosta no

bairro de Boa Vista do Lobato. “A covid-19 avança por etapas. O primeiro sinal de alerta é quando a gente começa a ver um aumento de pressão nos gripários e nas UPAs. Precisamos evitar a terceira onda”, salientou.

Em Salvador, a ocupação dos leitos de UTI está em 81%, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Saúde (SMS). O índice é o mais alto desde o dia 12 de abril, quando o índice era de 82,28%. De lá para cá, a porcentagem vinha baixando, alternado entre 71% e 76%. Porém, ontem, o sinal amarelo foi novamente ligado após o índice ultrapassar os 80%. Entre os locais específicos de tratamento contra a covid-19, o Hospital Municipal (HMS), a Maternidade José Maria de Magalhães Neto e o Hospital da Covid-19 no bairro do



Foto: Romildo de Jesus

UTI

Taxa de ocupação adulto segue em 84% no estado e já acende um alerta

Itaigara, estão com 100% de ocupação dos leitos.

O aumento da pressão nos leitos de UTI também é possível de ser observado no número de pessoas que aguardam ou conseguiram regulação para esses locais. Conforme a SMS, no dia 24 de abril, o número de pessoas que havia sido regulada era de 43, enquanto o número de pacientes aguardando

era de zero, fato que chegou a ser celebrado pelos poderes públicos e era um sinal que a pandemia estava arrefecendo. Contudo, no último domingo, o número de regulados subiu para 58, assim como a quantidade daqueles que estavam aguardando por um leito de UTI: 17.

“Há, sim, um aumento. A tendência que estava de queda estabilizou e agora está

tendo um aumento de novos casos. Isso preocupa, porém ainda na saúde nós temos leitos disponíveis”, disse o prefeito Bruno, também nesta segunda-feira, após a entrega da requalificação feita no Terminal da Barroquinha. “Há um risco de chegar uma terceira onda, isso ocorreu no mundo todo, não só em Salvador. O mundo passou por uma terceira onda”, alertou.

'PPP de Feira para o saneamento vai ter edital aberto no segundo semestre', diz secretário



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A parceria público-privada (**PPP**) em Feira de Santana para o **saneamento** básico deve ter edital aberto entre julho e agosto de 2021. A informação foi confirmada pelo secretário **Leonardo Góes**, responsável pela pasta de **Infraestrutura Hídrica e Saneamento (SIHS)**, ao Bahia Notícias.

"Dezembro de 2021 até janeiro de 2022 o contrato assinado. Para um contrato de 35 anos com o parceiro privado. É uma coisa transparente, estamos apresentando para os tribunais de contas. Queremos trazer o maior número de competidores e ser um esquentado para captar recursos para a região metropolitana", comentou.

Apesar de não filiado ao PP, partido que comanda a pasta, o secretário ressaltou que tem um "perfil técnico" e que, apesar disso, se considera "membro do partido".

Com as mudanças no governo **Rui Costa** (PT), Góes ressaltou que acompanhou o diário oficial, porém, não esteve próximo das decisões de espaço do partido no governo. "Isso não nos perturba o sono. Temos um perfil de lealdade técnica e política ao governador. É uma tarefa fácil para quem é leal", finalizou o secretário. Confira a entrevista completa.

Assuntos e Palavras-Chave: SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - PPP | SIHS - Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento - SIHS, Leonardo Góes, Infraestrutura hídrica, Saneamento

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 17/05/21	



A ECONOMIA COMEÇA A DAR SINAIS DE CRESCIMENTO BEM SUPERIOR A MÉDIA DA DÉCADA



admin 17 Maio, 2021

O mercado voltou a melhorar a perspectiva para a economia brasileira neste ano de 2021. O levantamento semanal do Boletim Focus, realizado pelo Banco Central, apontou que a expectativa de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), subiu de 3,2% para quase 3,5% em 2021. É um número que traz de volta otimismo, afinal é um crescimento bem superior à média verificada na década passada, que foi de apenas 2,2%.

Já é possível detectar esse crescimento em setores como comércio e indústria que nos primeiros 5 meses do ano apresentam performance expressiva. E até no setor de serviços, o mais afetado pelas medidas restritivas, alguns segmentos também voltaram a crescer. É

verdade que no setor de serviços aqueles segmentos ligados ao turismo, ao setor de eventos, shows e entretenimento ainda se recuperam lentamente, mas já é possível vislumbrar a retomada. Já é visível, por exemplo, um maior movimento nos grandes hotéis e resorts e com a abertura das praias e das atrações de Salvador, os pequenos e médios estabelecimentos também vão registrar uma maior taxa de ocupação de leitos.

Aqui, vale ressaltar, que a perspectiva de crescimento depende da aceleração do processo de vacinação, mas em alguns estados e em algumas cidades o avanço tem sido significativo. A Bahia tem se colocado sempre entre os 5 estados que mais vacinaram no país e Salvador já tem mais 30% da população alvo, maiores de 18 anos vacinados com a primeira dose. Se for possível chegar a julho com mais de 50% da população soteropolitana vacinada, tudo indica que a economia vai bombar no segundo semestre de 2021.

Mas essa perspectiva de crescimento econômico pode ser abortada, se houver uma 3ª onda que espalhe os contágios de forma mais agressiva, fazendo com que sejam implementadas novas medidas restritivas. Só a vacinação pode evitar ou reduzir o impacto da 3ª onda, por isso é urgente que o governo federal disponibilize as doses de vacinas que vão proteger os baianos e sua economia.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 17/05/21	



MINISTÉRIO LIBERA R\$ 1,2 BILHÃO PARA EMPRESAS DE TURISMO



admin 17 Maio, 2021

A Caixa Econômica Federal (CEF) em conjunto com o Ministério do Turismo está disponibilizando R\$1,2 bilhão em linhas de crédito (FUNGETUR) para capital de giro voltado a empresas que atuam no setor do turismo ou prestadores de serviço na área.

O limite de financiamento é de até R\$30 milhões e o prazo para pagamento é de até 60 parcelas com carência de até 12 meses. Para ter acesso ao crédito, as empresas precisam estar registradas no Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur).

O registro no Cadastur é realizado totalmente online por meio do site cadastur.turismo.gov.br. Podem se registrar empreendimentos que atuam no segmento do turismo, como empresas que trabalham com infraestrutura de apoio para eventos, hospedagem, locadoras de veículos, agências de turismo, restaurantes, casas de espetáculos, entre outros. Na hora do registro, é necessário ter em mãos o número de CNPJ e CPF do responsável legal da empresa.

Após a obtenção do certificado do Cadastur, os empreendimentos interessados em acessarem a linha de crédito do FUNGETUR devem procurar uma agência bancária ou manifestar interesse por meio da página “Caixa com sua empresa” no [site](#) . Empreendedores que sejam beneficiários de órgãos da administração direta ou indireta de governos municipal, estadual ou federal não poderão contratar o financiamento.

Além do registro no Cadastur, as empresas devem ter mais de 12 meses de constituição. O Fungetur ampliou o público-alvo da linha de crédito, que agora abarca também empresas com faturamento inferior a R\$4,8 milhões. Os juros aplicados pela linha de crédito são de 5% ao ano mais a taxa Selic.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 17/05/21	



DEPUTADOS BAIANOS APROVAM PROGRAMA REDUÇÃO DE JORNADAS E SALÁRIOS : “VITAL PARA ECONOMIA”



admin 17 Maio, 2021

Por: João Paulo Almeida

O presidente Jair Bolsonaro assinou a Medida Provisória que prorroga por mais quatro meses o Programa Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm) motivado pela pandemia da Covid-19 . O programa possibilita a redução da jornada de trabalho ou suspensão do contrato de trabalho e também a redução de salário. No entanto, o governo pode pagar um benefício calculado baseado no valor do auxílio-desemprego que deve ser pago ao trabalhador caso fosse demitido.

O portal Bahia econômica conversou com alguns deputados baianos sobre a questão e todos aprovaram a medida visando a manutenção dos empregos. A deputada Federal Lídice da Mata afirmou que através do programa o emprego do trabalhador será mantido. “Nós sabemos que o programa é uma medida fundamental para manter os empregos da população no período de pandemia. É uma questão vital para economia e vamos fazer o possível para que as empresas se mantenham vivas”, explicou

O deputado Federal Afonso Florence explicou que a medida é importante. “A emenda do senador Rogério Carvalho, do PT ao PLN Nº 2/21, que eu encaminhei no plenário, retirou da meta de superávit os gastos da saúde, o PRONAMP e o Bem, que é o programa que garante estabilidade no emprego com redução de jornada e salários. Mas, uma vez, o PT ajudando o setor produtivo, e trabalhadoras e trabalhadores, mesmo estando na oposição”, disse.

O ex- candidato a prefeitura de Salvador Celso Cotin PROS também é a favor do projeto. “Veja bem, a Medida Provisória 1.045, assinada trata de redução de jornada e salários com objetivo de mitigar a perda de postos de trabalho causadas pela epidemia de Covid-19. Essa MP prevê o pagamento de um benefício temporário durante o período de perda de renda dos trabalhadores, que pode se estender por quatro meses. O que eu advogo é que ao invés de quatro meses, se estenda durante todo o período que o salário for reduzido pra evitar perda para o trabalhador” disse.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 17/05/2021	



Governo da Bahia inicia aulas do Projeto Conectar

17 maio 2021



As aulas do Projeto Conectar – Qualificação e Trabalho começam nesta segunda-feira (17). Os seis mil trabalhadores beneficiados, em 411 municípios baianos, já receberam a primeira parcela da bolsa-auxílio, no valor de R\$ 120, para assegurar o acesso à plataforma digital dos cursos.

Iniciativa do Governo do Estado, por meio da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), o Conectar tem como público-alvo jovens egressos de escolas públicas, trabalhadoras autônomas, rodoviários desempregados, condutores de vans escolares e de transporte complementar.

O projeto tem um aporte total de R\$ 2,2 milhões para garantir capacitação nas seguintes áreas: Redes Sociais como Ferramenta de Marketing; Inglês EAD Básico e Pré-Intermediário; Digital Influencer; Unhas Artísticas + Manicure Profissional; Marketing Digital & E-commerce; Fotografia Digital; Cuidador de Idosos; Gastronomia com ênfase na culinária vegana; Marketing Digital para o Empreendedor; Profissional Organizer; Reciclagem de Rodoviários e Motoristas de Vans.

Fonte: Ascom/Setre

Veículo: Gov Bahia	
Data: 17/05/2021	



Banco Mundial dá início a mais uma avaliação do projeto Bahia Produtiva

17 maio 2021



Foto: Divulgação

O avanço das ações desenvolvidas pelo projeto Bahia Produtiva, do Governo do Estado, está sendo apresentado a um grupo de representantes do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD/Banco Mundial), durante a 14ª Missão de Implementação e Supervisão do projeto, que teve início nesta segunda-feira (14) e segue até sexta-feira (21).

O evento, realizado de modo virtual, conta com o balanço das ações executadas e atividades do projeto, que segue avançando na sua estratégia de política pública, para o fomento do desenvolvimento rural da Bahia, no apoio à produção, comercialização, segurança alimentar e nutricional e na melhoria da infraestrutura no campo, incluindo água e saneamento rural.

O diretor-presente da CAR, Wilson Dias, afirmou que é uma satisfação haver mais uma missão do Banco Mundial, que sempre traz aprendizados e novos horizontes para o desenvolvimento do projeto. Ele destacou a grandiosidade do Bahia Produtiva: “Não temos dúvida que o Bahia Produtiva, do ponto de vista de impacto nas comunidades rurais, é um dos projetos mais importantes que o Banco Mundial já teve aqui na Bahia. O Bahia Produtiva é um projeto de muitas colheitas. A gente sente que as organizações comemoram os impactos na renda e na qualidade de vida das famílias beneficiadas”.

Além da apresentação de todas as áreas do projeto, fazem parte da programação visitas virtuais a organizações produtivas apoiadas. Somente em ações para aumentar a inclusão produtiva e o acesso ao mercado dos agricultores familiares e outras populações tradicionais, já foram investidos R\$ 572.4 milhões, beneficiando 42.293 famílias, com 1264 ações em diversos sistemas produtivos.

A especialista sênior em Desenvolvimento Rural, do Banco Mundial, Fátima Amazonas, declarou que a expectativa ao fim da missão é que seja altamente satisfatória: “Com todas as realizações até aqui, já sabemos que é um projeto satisfatório. O projeto demonstra iniciativas de inclusão produtiva, acesso a mercado e alianças produtivas de sucesso. O Banco Mundial não é apenas um financiador, mas um parceiro desse projeto, que conforme vai se desenvolvendo, vai atravessando fronteiras. Será um momento de inflexão e reflexão do que já foi feito e o que foi proposto”.

O Bahia Produtiva é um projeto executado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR).

Fonte: Ascom/SDR/CAR

Veículo: G1	
Data: 18/05/21	



Governo eleva de 3,2% para 3,5% estimativa de alta do PIB em 2021 e vê inflação mais alta

Expectativa de inflação subiu de 4,42% para 5,05%, valor próximo ao teto de 5,25% do sistema de metas. Informações foram divulgadas no Boletim Macrofiscal.

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília

18/05/2021 09h33 Atualizado há 2 minutos

O Ministério da Economia elevou de 3,2% para 3,5% a expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2021.

A informação foi divulgada nesta terça-feira (18) pela Secretaria de Política Econômica da pasta, por meio do Boletim Macrofiscal.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia.

Para o ano de 2022, a previsão oficial de alta do PIB do governo federal foi mantida em 2,5%.

As expectativas para o nível de atividade foram feitas em meio à **pandemia de Covid-19**. Nos primeiros meses deste ano, o número de contaminados subiu, assim como as mortes, caracterizando uma segunda

onda no país. Porém, com o avanço da vacinação, a incidência diminuiu nas últimas semanas e o nível de distanciamento também foi reduzido. "Deve-se salientar que a incerteza nas estimativas atuais ainda permanece significativamente elevada. Ademais, as projeções da atividade para este e para os próximos anos tornam-se particularmente sensíveis à divulgação dos dados e ao desenrolar dos efeitos da COVID-19 e do processo de vacinação, principalmente considerando os seus efeitos no PIB de longo prazo", informou o Ministério da Economia.

- A expectativa do mercado financeiro, apurada na semana passada, é **de que o PIB tenha uma alta de 3,45% em 2021**.
- Em março, o **BC estimou um alta de 3,6% para o nível de atividade neste ano**. Na semana passada, avaliou que o segundo semestre do ano deve mostrar uma **"retomada robusta da atividade"**.
- Em 2020, **a economia brasileira registrou um tobo de 4,1%**, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse foi o maior recuo anual da série iniciada em 1996.

Economia mundial

Segundo o Ministério da Economia, apesar da maior divergência da expectativa de crescimento entre os países, há melhora do PIB global, puxado principalmente pela revisão altista nos países desenvolvidos. "O cenário global mais favorável, embora ainda incerto, afetará positivamente o Brasil ao longo de 2021. Os indicadores econômicos no primeiro bimestre deste ano mostram que a atividade brasileira, a despeito do fim do auxílio emergencial, permaneceu em trajetória de elevação", informou.

De acordo com o Ministério da Economia, os bons resultados da atividade brasileira no começo deste ano, quando comparados às expectativas iniciais de mercado, indicam que a economia manteve a tendência de crescimento, apesar do fim do auxílio emergencial.

"Dessa forma, a manutenção da agenda de consolidação fiscal e das reformas estruturais possibilitarão que a continuidade da expansão econômica se mantenha, assim como a redução estrutural da taxa de juros e elevação da produtividade", acrescentou.

Alta da inflação

Para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do país, o Ministério da Economia elevou sua projeção de 4,42% para 5,05% em 2021.

Com o novo aumento, a expectativa de inflação do mercado continua acima da meta central deste ano, de 3,75%. Pelo sistema de metas, não haverá descumprimento se a inflação oscilar entre 2,25% e 5,25% em 2021.

A meta de inflação é fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Para alcançá-la, o Banco Central eleva ou reduz a taxa básica de juros da economia (Selic).

A previsão da Secretaria de Política Econômica para a inflação está abaixo da estimativa do mercado financeiro - **de uma alta de 5,15% em 2021**. Para 2022, a estimativa do Ministério da Economia para a inflação permaneceu em 3,5%. No ano que vem, **a meta central de inflação é de 3,50%** e será oficialmente cumprida se o índice oscilar de 2% a 5%.

Investimento em LOGÍSTICA é para já



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Há tempos o Brasil convive com deficiências na sua **infraestrutura logística**, mas os gargalos são menos aparentes porque o País não cresceu na velocidade esperada. O desinvestimento de 50% da capacidade de refino pela Petrobras abre espaço para uma competição cada vez mais intensa no segmento de combustíveis no Brasil, o que promoverá o incremento gradual da infraestrutura de movimentação de produtos, sobretudo para o interior.

"De maneira geral, os fluxos logísticos não vão se alterar tanto assim em um primeiro momento. Mas o investimento na expansão da logística é fundamental, pois é o que definirá a capacidade de um agente em competir mais ou menos no mercado brasileiro", afirmou Claudio Mastella, vice-presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Downstream (ABD), durante a segunda edição do Diálogos Estadão Think - O Novo Cenário Nacional do Mercado de Derivados de Petróleo. A mesa que discutiu o tema é fruto de uma parceria entre o Estadão Blue Studio e o Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP).

Segundo o representante da ABD, cada modal tem seu

espaço na logística de suprimento de combustíveis no País - não são excludentes -, e todos carecem de investimentos para melhoria da sua competitividade. Prioritariamente, são necessários investimentos na infraestrutura portuária (berços de atracação, sistemas de recebimento e armazenagem) e de internalização de produtos, especialmente as ferrovias, segundo Mastella. Mas não se pode ignorar que o modal rodoviário continuará tendo um papel relevante, e investimentos na melhoria das estradas são fundamentais.

Gargalos O consultor Marcus DElia, da Leggio, que também participou do evento, tem bem definido na cabeça o mapa de gargalos de infraestrutura do setor de combustíveis.

"Um programa de concessões contínuo e bem planejado, com previsibilidade das áreas a serem ofertadas, estimula a participação dos agentes nos leilões", afirma ele, que prevê investimentos prioritários para ampliação de terminais portuários em Santos e Aratu - este último para fomentar a competição na cadeia da Bahia, a construção de terminais portuários em Santarém e também no Sul, entre Santa Catarina e Paraná, e, por fim, a ampliação de terminais ferroviários nos Portos de Itaipua e Paranaguá e a avaliação do sistema de Paulínia e Araucária.

D'Elia lembra ainda que é preciso uma maior coordenação entre os órgãos envolvidos no processo de concessões para que as exigências pós-leilão não venham a comprometer a efetiva conclusão dos investimentos. Outro ponto que merece atenção na visão do consultor é a criação de algum mecanismo para estimular o concessionário de ferrovias a operar com múltiplas cargas e conseqüentemente ampliar a movimentação de graneis líquidos por este modal.

Do lado do governo, Diogo Piloni, secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura, também presente ao evento, comentou que 25% da movimentação de cargas nos portos brasileiros e 77% do volume cabotado são de graneis

líquidos, sobretudo combustíveis. "Para se ter um fluxo eficiente dessas cargas, precisamos de investimentos. O Ministério está trabalhando fortemente no Programa de Concessões e Autorizações de Portos e **Ferrovias**, e a expectativa é licitar mais de 70 terminais até 2022, sendo 40% deles posicionados na cadeia de combustíveis. É preciso utilizar ao máximo a intermodalidade, dado o tamanho e as longas distâncias a serem percorridas no Brasil, e para isso precisamos de disponibilidade de modais", reforça o secretário. Ele chamou a atenção para a importância do PLS 261/2018, em tramitação no Senado, que prevê o modelo de autorização - de menor complexidade - para construção de ferrovias e que poderá acelerar investimentos neste modal, e para o Programa BR de Mar, que incentiva a ampliação do serviço de transporte por cabotagem no País.

Simplificação tributária e importante Para Valéria Amoroso Lima, diretora executiva de Downstream do IBP, mudar a forma como se tributam os combustíveis no Brasil é urgente e essencial. "O desinvestimento da Petrobras [venda das refinarias] traz uma oportunidade para que investimentos intensivos e de grande tempo de maturação ocorram. A simplificação tributária, como defendemos, é um dos três pilares que precisam ser construídos para que essa oportunidade não seja desperdiçada."

Na visão da executiva, o setor precisa concentrar a cobrança dos tributos federais (PIS/Cofins) e estadual (**ICMS**) em um único agente, no início da cadeia, seja no refinador ou no importador - a chamada monofasia. A alíquota deveria ser uniforme em todos os Estados, por tipo de combustível, em reais por litro, ou seja, um valor fixo. "Desta forma, haveria transparência para a sociedade. Todos ficam seguros de quanto cada um está pagando de imposto, que é uma parte relevante do preço do produto."

Fim das irregularidades Ainda na ótica da ABD, a continuidade do processo de abertura do downstream requer o combate incessante ao mercado irregular de combustíveis e lubrificantes, avaliou Valéria.

Guilherme Theophilo, CEO do Instituto Combustível Legal (ICL), ressaltou que a motivação do Instituto é auxiliar os órgãos oficiais no combate mais eficaz às irregularidades, tanto na dimensão fiscal quanto na dimensão operacional. Segundo ele, a evasão fiscal no setor atingiu o patamar de R\$ 14 bilhões anuais, além das fraudes operacionais que chegam a R\$ 26 bilhões ao ano. "Esse dinheiro poderia estar sendo direcionado para saúde, segurança e educação, sobretudo em tempos de pandemia. Os protagonistas desses crimes, em um mercado no qual a tributação tem grande relevância, têm uma vantagem competitiva sobre as empresas que pagam devidamente seus impostos", disse Theophilo. Para ele, é imprescindível uma articulação junto aos governadores e parlamentares na construção de um arcabouço jurídico contundente para punir aqueles que sistematicamente atuam de forma predatória no mercado.

Os painelistas reforçaram a importância de acelerar a tramitação do Projeto de Lei 284/2017, - que caracteriza o devedor contumaz, - e do 8455/17, que tipifica o crime de roubo e furto de produtos.

De acordo com o deputado Christino Áureo, presidente da Frente Parlamentar para o Desenvolvimento de Petróleo e **Energias Renováveis** (Freper), esses projetos fazem parte da cesta de prioridades do movimento. "Nesse novo cenário, os investidores, especialmente estrangeiros, vão exigir ainda mais garantias de que vamos seguir nessa linha de combater o roubo de combustível e atacar frontalmente a sonegação, de que temos uma posição dura e uma legislação eficiente."

Christino Áureo também apoia a monofasia no setor de combustíveis e indica que tal conceito deve estar inserido no âmbito de uma ampla e estruturante Reforma Tributária. O deputado é autor de emenda neste sentido e de proposta da reformulação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), para cumprir seu papel original de suavização da volatilidade dos preços dos combustíveis.

- Locais onde existem potenciais riscos ao

abastecimento

Madre de Deus e Aratu (Abastecimento de Nafta)

Osório - Monoboias de Claros (Abastecimento de Nafta)

Suape (Dutos Vendidos)

São Sebastião (Abastecimento de Petróleo e Derivados)

Locais onde existem gargalos na infraestrutura

Porto de Santos (Infra Marítima e Acesso Ferroviário)

Porto de Itaqui (Acesso Ferroviário)

Porto de Paranaguá (Acesso Ferroviário)

Porto de Pecém (Infra Portuária)

Porto de Mucuripe (Infra Portuária)

Porto do Açú (Acesso Ferroviário)

Locais com gargalos para os quais foram realizados
arrendamentos necessidade de atenção pós-leilão

Porto de Vitória

Terminal de Miramar

Porto de Vila do Conde

Porto de Santarém

Porto de Cabedelo

Assuntos e Palavras-Chave: SDE - Secretaria de
Desenvolvimento Econômico - Energias Renováveis |
SEPLAN - Secretaria do Planejamento - Infraestrutura
Logística, Ferrovia | SEINFRA - Secretaria de
Infraestrutura - Linha marítima Madre de Deus | SEFAZ
- Secretaria da Fazenda - ICMS

Governo vai lançar pacote para caminhoneiros

Em aceno à categoria, base de apoio de Jair Bolsonaro, presidente diz que pode recorrer ao STF para obrigar governadores a definirem ICMS fixo sobre combustíveis. Estados negam que imposto seja motivo para alta de preços

MANOEL VENTURA, DANIEL GULLINO E FERNANDA TRISOTTO
economista@oglobo.com.br
BRASÍLIA

O governo vai lançar hoje, em cerimônia no Palácio do Planalto, um conjunto de medidas para atender aos caminhoneiros, base eleitoral do presidente Jair Bolsonaro. As ações incluem digitalização de serviços e investimentos em infraestrutura nas estradas. O pacote foi batizado de Gigantes do Asfalto e também prevê novas medidas para o futuro, inclusive formas de reduzir o preço dos combustíveis e renovação da frota, como antecipou a Folha de S. Paulo. O anúncio ocorrerá um dia após Bolsonaro acenar à categoria ao afirmar que pode ir ao Supremo Tribunal Federal (STF) para obrigar estados a definirem um valor fixo de ICMS cobrado nas bombas.

O conjunto de medidas a ser lançado hoje não deve conter agora um plano para reduzir o preço do diesel, depois que a isenção do PIS/Cofins sobre o combustível acabou. A forma como é possível reduzir o preço do combustível ainda está sendo avaliada. No ano, o combustível acumula alta de 34,1% no preço na refinaria. No valor cobrado na bomba do consumidor final entram outras variáveis,

como impostos e margem dos revendedores.

— Esse programa vai diminuir a burocracia, simplificar procedimentos, para ter um setor mais eficiente e produtivo — disse o secretário-executivo do Ministério da Infraestrutura, Marcelo Sampaio.

OBRAS E CRÉDITO

Como parte do pacote, o Ministério da Infraestrutura prevê R\$ 9,7 bilhões em obras como áreas de escape, pontos de parada e descanso, terceira faixa e formas mais rápidas de pagamento de pedágio e pesagem. Em outra frente, a Caixa Econômica Federal lançará uma linha de crédito e uma conta digital para os caminhoneiros, além de uma linha de crédito para a reforma de pontos de parada.

Uma medida provisória (MP) irá implementar o Documento Eletrônico de Transportes (DT-e), uma plataforma digital para integrar, simplificar e digitalizar diversos documentos necessários ao transporte de cargas no país, comparado ao e-Social. Esse documento digital poderá ser monitorado à distância.

— Será uma grande plataforma que irá integrar documentos, que hoje são impressos, o que gera um desgaste enorme. Essa é uma medida estruturante. O documento eletrônico



Gigantes do Asfalto. Pacote do governo para caminhoneiro terá forma mais rápida de pagamento de pedágio e pesagem

co vai reduzir o custo operacional — disse o secretário.

Outra MP vai aumentar a margem de erro das balanças de 10% para 12,5% e permitir que os pátios de recolhimento dos veículos fiquem abertos 24 horas por dia. Além disso, um aplicativo irá integrar a carteira de motoristas (CNH) e o registro de licenciamento do veículo (CRLV).

Ontem, Bolsonaro afirmou que avalia acionar o STF para obrigar estados a definirem

um valor fixo do ICMS que incide sobre os combustíveis. O presidente enviou em fevereiro ao Congresso um projeto de lei sobre esse assunto, mas disse que pensa em recorrer ao STF por considerar que a proposta não será aprovada.

— Como devo perder isso, eu só tenho um caminho, vou depender do Supremo Tribunal Federal. É o que temos no momento. Para ver se o Supremo, seria talvez uma ação direta de inconstitucionalidade por omissão, talvez seja is-

so, para a gente definir o preço do ICMS — disse o presidente, em conversa com apoiadores no Palácio da Alvorada.

BOLSONARO: ICMS É 'ESTUPRO'

Em fevereiro, em meio a insatisfações de caminhoneiros com as altas no combustível, Bolsonaro enviou à Câmara um projeto de lei que estabeleceria um valor fixo e único de ICMS dos combustíveis para todos os estados. Esse valor pode variar entre os combustíveis, mas não en-

tre os estados. A proposta, no entanto, ainda não foi votada, e o presidente disse que espera ser "derrotado".

Bolsonaro reclamou do fato de ser responsabilizado pelos aumentos no combustível:

— Tem estado que é um estupro o ICMS. É o pessoal culpa a mim. Nós queremos uma definição. O estado cobre o que quiser, mas ele diga quanto é que ele está cobrando. Porque, hoje em dia, você não sabe isso. Quando aumenta a gasolina, pessoal me culpa. Agora, quando eu diminuo, não baixa na ponta da linha.

O Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) não falou especificamente sobre a investida de Bolsonaro junto ao STF, mas divulgou nota reiterando a posição de que não é o ICMS que está provocando a elevação do preço dos combustíveis.

“Não houve nenhuma alteração na alíquota do ICMS sobre os combustíveis nos últimos anos. As variações ocorrem porque a política de preços da Petrobras é atrelada ao mercado internacional do petróleo e ao câmbio, e, portanto, o mercado interno sofre os efeitos da volatilidade dos preços lá fora”, diz o texto.

Mercado Livre vai investir R\$ 4 bi em São Paulo este ano

Montante equivale a 40% do aporte no Brasil. Serão abertas 7.500 vagas no país

IVAN MARTÍNEZ-VARGAS
ivan.martinez@edglobo.com.br
SÃO PAULO

O Mercado Livre anunciou ontem que vai investir R\$ 4 bilhões no Estado de São Paulo este ano. O montante representa 40% do total a ser aplicado no país pela companhia em 2021 e será prioritariamente direcionado a logística e tecnologia.

A empresa de comércio eletrônico de origem argentina iniciou o processo de contratação de 7.500 pessoas no Brasil. Desse total, 5.000 vagas serão criadas em São Paulo, nas cidades de Cajamar, Osasco e Louveira.

O aporte no país é 250% maior que o realizado em 2020, e ocorre na esteira do forte crescimento do e-commerce no país desde o início da pandemia.

EXPANSÃO DO 'E-COMMERCE'

Das vagas criadas em São Paulo, 4.500 serão na área de logística, 450 no setor de tecnologia da informação e 450 em outras áreas da empresa. Os processos seletivos já começaram, segundo o presidente do Mercado Livre no país, Fernando Yunes.

— É provável que no ano que vem o investimento seja ainda maior, dado que a pe-

netração do comércio eletrônico no Brasil é de 11%. Antes da pandemia era 5%, há muito espaço para crescimento. Nos Estados Unidos, o percentual é 25% — ressalta o executivo.

Cerca de 85% dos vendedores do Mercado Livre estão no Estado de São Paulo e, por isso, a companhia vai reforçar seu aporte em logística para reduzir os prazos de entrega das mercadorias no país.

O investimento do Mercado Livre ocorre em meio ao forte crescimento do comércio eletrônico no país. No ano passado, as vendas via internet subiram 41%,



Corrida de gigantes. Empresas do setor reforçam investimentos este ano

segundo levantamento da Ebit/Nielsen.

Outras gigantes do segmento, como Amazon e Magazine Luiza, também anunciaram investimentos. A primeira inaugurou na última semana um centro de distribuição em Cajamar, mesma cidade em que o Mercado Livre concentra sua logística. Já o Magalu

tem investido principalmente em aquisições de start-ups e na área tecnológica para manter competitividade.

CURSO PARA EMPREENDEDOR

O Mercado Livre assinou uma parceria com o governo estadual paulista para selecionar estudantes entre 18 e 24 anos do Centro Paula

Souza para as vagas geradas no estado.

Além disso, o acordo prevê a capacitação, por meio de cursos on-line, de mais de cem mil empreendedores que hoje vendem produtos na plataforma do Mercado Livre. Segundo a secretária de Desenvolvimento Econômico de São Paulo, Patrícia Ellen, o governo também vai oferecer microcrédito aos vendedores.

No ano passado, o Mercado Livre auxiliou no processo de abertura de empresas de 66 mil vendedores em São Paulo, o que representa, segundo o governo estadual, 20% do total de negócios formalizados em 2020.

A parceria fechada com o Mercado Livre também é realizada com outras empresas de tecnologia como Amazon, IBM, Microsoft, Google e Salesforce, de acordo com o governador de São Paulo, João Dória (PSDB).

Congresso quer destravar R\$ 1,8 bi em emendas

Articulação é mais um obstáculo para a coordenação política do governo, que já sofre desgastes na CPI da Covid. Recursos, que seriam destinados a obras nas bases eleitorais, compõem fatia controlada pelas bancadas e foram vetados por Bolsonaro

BERNARDO MELLO
bernardo.mello@oiglobo.com.br

Bolsonaro ao sancionar o Orçamento de 2021.

Parlamentares querem destravar os recursos para destiná-los a obras em suas bases eleitorais, de olho na eleição de 2022. A movimentação já vinha ocorrendo antes das revelações sobre o "orçamento paralelo" — relacionado com outra modalidade de emenda, a de relator, cujo repasse privi-

R\$ 216 milhões

Valor cortado do Amazonas
Estado foi o que mais perdeu recursos



Resposta.
Parlamentares pretendem recuperar montante cortado por Bolsonaro

Em mais um obstáculo para a coordenação política do governo, às voltas com as turbulências da CPI da Covid, deputados e senadores articulam a recomposição de R\$ 1,8 bilhão das chamadas emendas de bancada vetadas pelo presidente Jair

legiou congressistas alinhados ao Palácio do Planalto.

As emendas de bancada não contemplam apenas aliados do governo, o que torna a derrubada do veto uma pauta com adesão ampla no Congresso. A análise dos vetos passa a emperrar a pauta a partir da semana que vem.

Como revelou a jornalista Malu Gaspar, o Amazonas foi o estado que mais perdeu recursos: R\$ 216,4 milhões. Em seguida, aparecem Piauí e Goiás, com cortes superiores a R\$ 150 milhões. Coordenador da bancada do Amazonas, senador Omar Aziz (PSD-AM), também presidente da CPI da Covid, disse ao GLOBO que os parlamentares tentarão recuperar o montante perdido:

— Esses recursos são importantes para a infraestrutura e o desenvolvimento sustentável do Amazonas. Vamos tentar reavê-los.

No Piauí, o líder da bancada, deputado Átila Lira (PSB) — que deve se filiar na próxima janela partidária ao PP, do senador Ciro Nogueira, aliado do governo —, afirma que os cortes podem levar a "cobranças" da população. Os vetos atingiram verbas destinadas a barragens e pavimentação.

— Se os parlamentares não conseguem ajudar essas obras de asfaltamento, a população não fica satisfeita. As obras de barragens também precisam de recursos federais. É claro que nós vamos pleitear a recomposição — disse Átila Lira.

Uma mudança na lei, a partir do ano passado, permitiu que o grosso das emendas de bancada fosse pago através de "transferência especial", modalidade em que o dinheiro cai direto no caixa de estados e municípios, sem depender da Caixa Econômica Federal. Com isso, a verba passou a contemplar projetos variados, e não apenas obras sob alçada federal, o que facilitou o apadrinhamento das emendas.

REFLEXOS ELEITORAIS

Em Campina Grande (PB), o corte retirou R\$ 1 milhão de um projeto de construção de um centro de convenções que levará o nome do pai do senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), ex-prefeito da cidade. Para o coordenador da bancada da Paraíba, deputado Efraim Filho (DEM-PB), os vetos dão a sensação ao Congresso de que houve um "gasto de energia desnecessário" para obter os recursos. Também houve cortes de verbas direcionadas para pavimentação de estradas e construção de adutoras.

— Esse desencontro cria um ruído inconveniente — resumiu o deputado.

Em meio às dificuldades do governo na relação com o Parlamento, o corte acrescenta mais um fator de insatisfação, com potencial de atrapalhar também a formação de palanques estaduais pró-Bolsonaro no ano que vem.

— Esses cortes com certeza trazem mais dificuldade para a campanha de 2022. Não só os deputados, mas também os senadores estavam contando com esses recursos para suas bases — afirmou a deputada Flávia Moraes (PDT-GO), coordenadora da bancada goiana e aliada do governador Ronaldo Caiado (DEM).

Ausência de Censo mina gestão privada e políticas públicas

Pesquisa adiada para 2022 é referência para investimentos e repasses para Estados e município

Por Lucianne Carneiro e Alessandra Saraiva — Do Rio

18/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Saber a quantidade de crianças fora da escola, avaliar a necessidade de construção de um hospital ou posto de saúde, planejar rotas de transporte público e de coleta de lixo, determinar o grau de escolaridade da população ou a infraestrutura de saneamento básico de uma região para auxiliar na decisão de investimento por uma empresa e definir amostras da população para a realização de pesquisas eleitorais. Estes são apenas alguns dos exemplos de uso dos dados obtidos a partir do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e que dão uma pequena dimensão dos danos que a falta dessas estatísticas pode trazer ao país.

Em uma sociedade cada vez mais dependente da análise de dados - como se vê com a expansão do chamado “big data” -, o atraso no Censo deixa gestores dos setores público e privado e estudiosos sem informações para basearem suas ações e também para avaliarem o que já foi realizado, afirmam especialistas.

Diante da falta de recursos no Orçamento 2021, a realização do Censo teve que ser defendida no Supremo Tribunal Federal (STF) após pedido do governo do Maranhão. Na sexta-feira, o Supremo formou maioria para determinar a realização do Censo em 2022, derrubando a liminar que indicava a execução ainda neste ano. O IBGE divulgou que já está trabalhando para cumprir a decisão do STF.

Ainda assim, para que seja efetivamente realizada no ano que vem, é preciso que haja mais recursos para os trabalhos preparatórios neste ano - para os quais os R\$ 53 milhões atuais do Orçamento são insuficientes - e também que as despesas sejam efetivamente incluídas no Orçamento 2022.

O Censo é a única pesquisa que vai em todos os domicílios do país - das áreas urbanas às rurais e das capitais aos pequenos municípios -, o que permite um retrato detalhado da população brasileira. É na esfera municipal que a ausência de informações tende a ser mais sentida, a mesma que é conectada diretamente à vida do cidadão.

Mais da metade (52%) das 5.570 cidades brasileiras tem menos de 13 mil habitantes, sem acesso a outra estatística. Mas mesmo nas grandes capitais são os dados do Censo que mostram as diferentes cidades encontradas dentro de um único nome, com realidades distintas e que precisam ser tratadas de forma adequada.

Em pouco mais de dez anos, o Brasil passou de primeiro país do mundo a realizar um Censo de forma totalmente digital, em 2010, para ser uma das seis únicas nações a não ter a data definida para a pesquisa na chamada rodada 2020 - ao lado de Botsuana, Chade, Índia, Ilhas Maurício e Emirados Árabes Unidos. No mundo, há uma rodada de realização de censos nos anos próximos ao fechamento de décadas.

“Apenas cinco países, além do Brasil, não têm data marcada para realizar o Censo por causa da covid-19. E a gente sabe que muitos países se espelham na experiência brasileira e têm o Brasil como referência. Até por isso se espera a realização do Censo e o agendamento o mais breve possível, considerando o peso que o Brasil tem no mundo na área de produção estatística”, diz Vinicius Monteiro, oficial do

Programa para População e Desenvolvimento do Fundo de População das Nações Unidas no Brasil (UNFPA).

O Censo ganha relevância ainda maior em tempos de orçamentos públicos restritos, que hoje são quase unanimidade em todas as esferas de governo. São as evidências de dados da pesquisa que permitem a definição de políticas públicas mais eficientes, que reduzam ao máximo o desperdício de recursos.

“O detalhamento do Censo permite que o gestor use os recursos públicos de maneira mais eficiente. O dinheiro é finito. Se desperdiça em uma coisa, deixa de atender a população em outra”, afirma o coordenador do Centro de Gestão e Políticas Públicas do Insper, André Luiz Marques.

Secretário-executivo da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), Gilberto Perre ressalta a importância do detalhamento da pesquisa, com informações de cada setor censitário, formado por cerca de 300 domicílios. “São dados que ajudam a definir a construção de equipamentos públicos como uma ciclovia e um hospital e as rotas de coleta de lixo.”

Iniciativas fundamentais nas áreas de educação e saúde dependem dos dados do Censo Demográfico. Pesquisador do Laboratório de Educação Profissional em Informação e Registros em Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), Raphael Mendonça Guimarães cita que o acompanhamento do fluxo migratório entre as regiões e as cidades é importante para avaliar a capacidade de a rede de saúde atender a população local.

“Sem essas estatísticas, fica mais difícil organizar a rede de serviços de saúde. E isso não se trata apenas da rede de saúde pública, mas também da rede privada”, diz. Além disso, cita a importância dos dados do total da população e também por faixa etária - o chamado “denominador da operação” - para estudos sobre fecundidade e mortalidade, situação que se repete para outras áreas, como na educação, em que há o registro de matrículas, mas é necessário o total de cada faixa etária para avaliar a presença na escola.

O líder da área de educação da consultoria IDados, Guilherme Hirata, lembra que o Plano Nacional de Educação prevê que 50% das crianças de até três anos estejam em creches até 2024, meta que só pode ser acompanhada e avaliada a partir dos dados do Censo. Um impacto ainda maior é sobre a própria definição do orçamento para a educação básica. A maior parte dos recursos vem do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que é distribuído a partir do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), definido pelo número de habitantes.

“Políticas públicas de incentivo às matrículas em creche ou de redução de evasão escolar, por exemplo, só podem ser realizadas com o auxílio das estatísticas censitárias. E a avaliação dessas políticas também”, diz Hirata.

Também no campo de planejamento urbano, os dados do Censo são fundamentais, ressalta o professor do IPPUR/ UFRJ e coordenador do INCT Observatório das Metrópoles, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. “Em geral, as pesquisas olham apenas o Estado, a região metropolitana. Em um país gigante e diversificado como o nosso, o Censo é o único mecanismo a chegar no nível do indivíduo, do domicílio e do bairro”, diz ele.

A ausência de um Censo Demográfico atualizado do país causará “muito impacto” em negócios da iniciativa privada, na avaliação do economista, presidente da Inter.B Consultoria e especialista em infraestrutura, Claudio Frischtak. “No caso de infraestrutura, não consigo imaginar um único segmento em que não se ache relevante dados [atualizados] do Censo”, completa ele. “Pode ser que o governo esteja subestimando [importância de] dados dessa natureza para o setor privado. Os dados do IBGE são extremamente úteis”, afirma.

Como exemplos de impacto de ausência de dados de um novo levantamento do tipo, Frischtak cita possíveis influências negativas em dois setores de grande interesse da iniciativa privada, com forte alocação de recursos: saneamento e telecomunicações.

Newton Conde, atuário especializado em previdência e consultor da Conde Consultoria Atuarial, alerta também para o impacto no cálculo do chamado fator previdenciário. Este é uma espécie de índice que deve ser multiplicado ao salário de referência para cálculo da aposentadoria. Na prática, quanto maior a expectativa de

vida, menor é o fator e menor é o benefício inicial a ser recebido pelo trabalhador que se aposenta - e o cálculo da expectativa leva em conta números de população.

É a população definida pelo Censo Demográfico que norteia também a transferência de recursos da União para Estados e municípios, pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE) e pelo FPM. O valor recebido por cada município e Estado é determinado pelo número de habitantes. A cada ano, a população dos municípios é atualizada pelo IBGE, a partir das estimativas decorrentes do Censo. Quanto mais distante do ano de realização do Censo, mais imprecisas ficam essas projeções da população.

O demógrafo e sociólogo José Eustáquio Diniz Alves frisa o forte movimento de migração interna no país, entre as cidades, o que na prática não é mensurado de forma precisa em todas as cidades do país desde 2010. “O IBGE sabe sim quantos nasceram e quantos morreram, essas informações constam de registros em cartórios; mas qual a porcentagem desses mortos no total [atualizado] da população?”, exemplifica Alves.

Presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Glademir Aroldi destaca o prejuízo para o planejamento do país e para a vida de cada um. “Isso não prejudica somente os entes federados, mas principalmente a população brasileira”, alerta Aroldi.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

O tênis mais vendido de 2021 agora com 70% de desconto!!

LOJA KINGS

LINK PATROCINADO

Queima de estoque! De R\$ 657 por R\$ 197

KING SHOES

Com atraso, começa a tramitar a reforma administrativa

Relator pede inconstitucionalidade de dois pontos do texto

Por Raphael Di Cunto — De Brasília

18/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



Darci: relator quer impedir extinção de autarquias e fundações por decreto — Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados - 5/5/2021

A base governista finalmente conseguiu dar início na tramitação da proposta de emenda constitucional (PEC) da reforma administrativa, com a leitura ontem do parecer do deputado Darci de Matos (PSD-SC) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. O texto, que rejeita dois pontos do projeto enviado pelo Executivo, deve ser votado na quinta-feira.

A PEC chegou à Câmara no ano passado, quando as comissões não estavam funcionando por causa da pandemia da covid-19, e desde então estava parada. A CCJ foi instalada em 10 de março, mas só ontem, dois meses depois, houve a leitura do parecer. A oposição pediu vista, o que adia por duas sessões a votação, marcada para quinta-feira. Um requerimento para tirar o projeto da pauta foi rejeitado por ampla margem, de 42 votos a 20, indicativo de que o parecer deve ser aprovado.

No parecer, o relator defendeu que quase todos os pontos polêmicos da proposta envolvem questões de mérito, que serão analisados na comissão especial, e que a CCJ deve analisar apenas se há infrações em cláusulas pétreas da Constituição. No entender dele, há duas infrações.

Para ele, deve ser excluída a proibição de que servidores de carreiras típicas do Estado (como policiais) possam exercer “qualquer outra atividade remunerada. “Impedir que esse servidor exerça qualquer outra atividade remunerada representa uma restrição flagrantemente inconstitucional”, afirmou.

Ele também defendeu que é inconstitucional o presidente da extinguir, transformar ou fundir autarquias e fundações públicas por decreto. A mudança, se aprovada, poderia atingir o Banco Central, agências reguladoras, Funai e INSS.

“Tais entidades são criadas para desempenhar, de forma descentralizada, atividades típicas de Estado. Por essa razão, ostentam personalidade jurídica própria e da mesma natureza dos entes primários (União, Estados, etc), além de sequer estarem subordinadas aos Ministérios, mas tão somente vinculadas”, disse.

O relator destacou que a criação de novas modalidades de vínculo com a administração pública e a inclusão de membros dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e militares devem ser tratadas pela comissão especial. Procurado por guardas municipais e outros servidores, ele afirmou que o conceito do que é uma carreira típica de Estado será debatido na comissão especial, mas que os guardas constarão da lista.

A oposição apresentará votos em separado pedindo a inconstitucionalidade de toda a PEC. A bancada do PSB, por exemplo, argumenta que a proposta reduz a proteção conferida pela Constituição para os servidores públicos exercerem seus trabalhos de forma independente e técnica e abre margem para perseguições.

Após a aprovação do parecer, será instalada uma comissão especial para analisar o tema. O deputado Arthur Maia (DEM-BA) deve ser o relator nessa fase.

Commodities “salvam” a economia do país este ano

Preços em alta, câmbio e comércio global favorecem o Brasil

Por Alex Ribeiro — De São Paulo

18/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Carlos Viana de Carvalho: medo de que os estímulos passassem do ponto com Biden provocou alta real de juros de títulos dos EUA e deu mais força ao dólar — Foto: Leo Pinheiro/Valor

A combinação de alta dos preços de commodities, de taxa de câmbio desvalorizada e de expansão do comércio mundial vai dar uma sustentação mínima à atividade econômica no Brasil neste ano, contrabalançando uma parte dos efeitos negativos da pandemia e das incertezas políticas e fiscais.

“Estamos assistindo a um aumento das exportações líquidas, que induz uma recuperação econômica do Brasil um pouco mais forte”, afirma o ex-presidente do Banco Central Affonso Celso Pastore. “Veremos a revisão nas previsões de crescimento dos economistas do mercado financeiro, da faixa de 3% a 3,2% para percentuais como 3,4%, 3,6%, 3,8%.”

A própria consultoria de Pastore, a A. C. Pastore & Associados, divulgou relatório nesta segunda-feira aumentando a sua estimativa para o Produto Interno Bruto (PIB) de 2021 de 3,2% para 4%. Outras casas estão também migrando para percentuais de 4% ou mais.

“Por ora, não vemos superciclo, mas as commodities podem ficar fortes por 12 ou 18 meses, não vários anos”, afirma o ex-diretor do BC e economista-chefe do Itaú Unibanco, Mario Mesquita. “Dito isso, o contexto global é positivo para o real. E, por aqui, a atividade tem viés de alta. Recentemente puxamos a projeção do PIB para 4%, e talvez tenhamos que rever para cima de novo.”

A queda menos intensa da economia durante a segunda onda e a reabertura mais rápida também tem ajudado a aumentar as projeções para a economia. A XP Investimentos passou a projetar alta de 4,1%; a Bradesco Asset Management (BRAM), de 4,3%; e a ASA Investimentos, de 4,5%.

Ninguém está sugerindo um crescimento exuberante. Esses números, aparentemente altos, estão inflados por fatores estatísticos, tecnicamente conhecidos como carregamento. Um crescimento de 3,6% significa que a atividade está apenas parada. O Brasil deve se expandir mais devagar que o mundo, cujo crescimento o Fundo Monetário Internacional (FMI) estima em 6%. Ainda assim, o motor externo está ajudando mais o Brasil.

O cenário para o balanço de pagamentos também está se tornando mais positivo. O fluxo de moeda estrangeira para o Brasil começa a se recuperar, favorecendo, pela primeira vez desde fins de 2020, uma tendência de queda da cotação do dólar ante o real. O câmbio mais forte não resolve todas as pressões inflacionárias, parte delas causada pela alta das commodities - mas ajuda em vez de atrapalhar, num momento em que o Banco Central sobe os juros.

Os bons preços dos produtos básicos podem ajudar ainda a recuperar pelo menos parte dos investimentos no setor, que ficaram baixos nos últimos anos e restringiram a capacidade de oferta desses produtos. O “boom” de commodities também aumenta a renda em algumas regiões do país, como a fronteira agrícola, e criam um efeito riqueza com a alta de ações na bolsa.

Salvo algumas vozes discordantes, o atual ciclo das commodities é considerado pelos analistas econômicos como temporário - e que pode se desfazer em um ano

ou dois, quando a recuperação cíclica de China e Estados Unidos se esgotar ou quando o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) começar a retirar estímulos monetários. Ou antes disso, já que a tarefa de projetar a evolução dos preços das commodities é tão difícil quanto antecipar a taxa de câmbio.

“Temos um equilíbrio tênue”, afirma o ex-diretor de política econômica do Banco Central Carlos Viana de Carvalho, hoje head de research da Asset 1. “Podemos passar por um período mais perigoso, com os temores nos mercados com a inflação, com receios de que o Fed está tomando riscos demais.”

Desde o começo deste ano, o índice CRB, que engloba as principais commodities, apresentou uma alta de 24%, dos quais perto da metade ocorreu de meados de abril para cá. O minério de ferro subiu 44%, e o preço da soja praticamente dobrou em um ano.

Os pacotes de estímulo fiscal, de infraestrutura e da área social do presidente americano, Joe Biden, estão por trás da alta dos preços de commodities, assim como a forte expansão monetária patrocinada pelo Fed. Essas políticas levam a perda de valor do dólar, que tradicionalmente ocorre em paralelo com a alta das cotações de commodities, e incentivam a busca dos investidores por ativos de risco.

Esse é o cenário que os economistas chamam de “reflação”, ou seja, uma convergência dos níveis de inflação muito baixa dos últimos anos nos Estados Unidos para mais próximos do percentual desejado, na casa dos 2%.

Carlos Viana, da Asset 1, lembra que a tese da reflação ganhou mais visibilidade no começo do ano, com a posse do presidente Biden. O medo de que os estímulos passassem do ponto, no entanto, provocou uma alta real dos juros de títulos americanos, e o dólar ganhou um pouco de força, em vez de se devalorizar.

Ao longo do tempo, o Fed reforçou o seu discurso de que não pretende reagir antes de ver uma convergência concreta da inflação e emprego aos níveis desejados. A pressão sobre os juros dos títulos americanos refluíu um pouco, e o dólar começou a perder valor, ainda que o movimento não tenha sido muito grande. “Passamos a ter um quadro de ‘reflação’ mais completo, que é esta festa para os ativos de maior risco.” Mas, segundo ele, o quadro está sujeito a mudanças.

O economista-chefe do Bradesco, Fernando Honorato Barbosa, lembra que as commodities são também um ativo financeiro e, por isso, respondem a outros fatores além de fundamentos econômicos. “As commodities são uma forma de proteção contra a inflação”, afirma. “Há investidores desconfortáveis com os bancos centrais, que vinham sinalizando de que não chegou o ponto de retirar estímulos, mesmo com as surpresas inflacionárias.”

No caso das commodities agrícolas, há restrições na oferta, devido a eventos climáticos que limitaram a produção de grãos nos Estados Unidos e no Brasil. Além disso, a demanda aumentou durante a pandemia, quando as famílias trocaram o consumo de serviços por alimentação.

Tem mais fatores, além dos preços, que estão puxando as exportações líquidas. Pastore destaca que o FMI reviu para 8,4% a sua projeção para o comércio mundial neste ano, e as exportações brasileiras costuma responder numa proporção de um para um a esses movimentos globais. O real fraco é outra peça na engrenagem. A taxa de câmbio efetiva real ajustada pela inflação ao consumidor, calculada pelo Banco Central, equipara-se ao menor nível da história, de 2002.

Também tem os efeitos na indústria, diz Pastore, que ficou mais competitiva nas exportações e no fornecimento de insumos para produtos fabricados dentro do Brasil. “Aumentaram as exportações de manufaturados. Não foi como as commodities, mas teve um aumento.”

Pastore foi um dos primeiros a projetar forte aumento das exportações e do superávit comercial, e foi recebido com certo ceticismo por parte do mercado. De lá para cá, os analistas econômicos estão se ajustando a essa nova realidade. A projeção mediana para as exportações em 2021, coletada pelo Banco Central, subiu de US\$ 225 bilhões para US\$ 244 bilhões desde o começo do ano. Há estimativas tão altas quanto US\$ 270 bilhões.

Esse efeito se espalha pela economia. Os preços das commodities são muito importantes para o PIB brasileiro: se as cotações sobem num trimestre, a atividade econômica responde já no trimestre seguinte e continua reverberando por algum tempo, antes de se dissipar completamente.

“É um enorme ganho de renda para a economia brasileira”, resume Honorato. A equipe do Bradesco fez um estudo que ilustra um pouco desse impacto: o aumento do emprego formal nas localidades que produzem produtos para exportação é o dobro das demais regiões do país.

Os efeitos são significativos também nos investimentos. O ex-diretor do Banco Central Tony Volpon, estrategista chefe da Wealth High Governance (WHG), afirma que desde o fim do superciclo de commodities, iniciado em 2002 e que começou a esvaziar em 2011, as empresas pararam de investir.

“O investimento nesse setor é procíclico, segue muito os preços das commodities”, afirma Volpon. “O investimento caiu muito quando os preços baixaram e, desde então, não tinha havido uma reversão importante que pudesse puxá-los. Agora, parece que vai ocorrer.”

“A alta dos preços de commodities é um evento de cauda para a economia brasileira”, disse o diretor de política monetária do Banco Central, Bruno Serra Fernandes, em evento virtual na sexta-feira. De um lado, lembrou, acelera a inflação, já que a fragilidade fiscal, dentre outros fatores, quebrou a relação histórica que levava a apreciação cambial nos ciclos de commodities.

Mas, de outro lado, favorece investimentos no aumento da capacidade produtiva do país, a balança comercial e também o fluxo de capitais estrangeiros ao Brasil. “A bolsa é recheada de empresas produtoras de commodities. Temos o efeito nos investimentos diretos, o fluxo de investimentos em portfólio cresceu [ultimamente]”, completou.

A grande discussão é se a alta das commodities vai se sustentar por muito tempo. Pastore diz que é difícil precisar quando vai acabar. Mas os fundamentos econômicos indicam que a fase de bonança terá um fim, sem repetir o superciclo do governo Lula.

Naquela época, duas forças principais estavam por trás da alta dos preços. Primeiro, a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), que fez com que o crescimento do país passasse da faixa de 7% a 8% para o patamares como 10% e

12%. Outro fator foi o longo período de política monetária expansionista nos Estados Unidos, que levou ao enfraquecimento do dólar ante outras moedas.

Hoje, o quadro é diferente. A China apresentou recentemente o seu plano quinquenal, com foco no consumo interno e qualidade de vida. “Não há nada que indique que a China vai crescer de novo àquelas taxas de quando estava voltada para as exportações”, diz Pastore. Embora não haja uma meta explícita de crescimento do país asiático, as indicações são de uma expansão na faixa de 5% ou 5,5%.

Pastore também antecipa que o Fed vai retirar, em algum momento, os estímulos monetários. O pacote contracíclico de Biden, de US\$ 1,9 trilhão, representa grosso modo 10% do PIB americano. Biden anunciou outros planos trilionários para infraestrutura e área social. Embora sejam financiados por alta de impostos e tocados ao longo de anos, terão efeitos na economia, já que o multiplicador do gasto público é o maior do que da receita.

“A economia americana vai caminhar para o pleno emprego”, diz Pastore. “Não estou dizendo que vai ser agora, amanhã, mas o Fed vai subir o juro. É a forma de um banco central reagir quando tem um risco de inflação.”

Carlos Viana acredita que a inflação vai inspirar mais atenção dos mercados. O índice de preços divulgado recentemente, que registra avanço do núcleo de inflação de 0,9% em abril, salta aos olhos, apesar de todas as ressalvas de que foi influenciado pela alta de preços de carros usados e de hotéis, que tiveram recuperação de demanda com a vacinação.

Volpon considera que existe uma força mais perene por trás da alta das commodities: a migração das economias para um modelo mais sustentável, com menos emissões de carbono. “São vários planos de infraestrutura ao redor do mundo, como o de Biden, que vão demandar metais e outras matérias-primas.”

Uma eventual ação do Fed pode representar uma oscilação nesse ciclo de valorização das commodities, opina ele, mas em seguida as forças mais duradouras

voltariam a atuar para sustentar os preços. “Estamos diante de um novo superciclo”, aposta.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Sapatênis Masculino Casual SportFire

R\$ 49.99 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Blusa Plus Size Feminina Ciganinha Xadrez

R\$ 69.95 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Queima de estoque! De R\$ 657 por R\$ 197

KING SHOES

LINK PATROCINADO

O tênis mais vendido de 2021 agora com 70% de desconto!!

LOJA KINGS

LINK PATROCINADO

3 sinais de que seu cão está pedindo ajuda

PETVI

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor Econômico

Itamaraty não atuou de maneira “avulsa” na pandemia, diz Araújo à CPI

Ele apresentou as linhas de ações que orientaram a diplomacia brasileira enquanto ministro

Ibre projeta alta de 45% na arrecadação de abril

Receita é maior que no mesmo mês de 2020 mesmo se for desconsiderado o adiamento de impostos

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

18/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

A arrecadação federal do mês de abril deverá atingir R\$ 156,263 bilhões, segundo cálculos prévios elaborados pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre) repassados ao **Valor**. Se confirmados, será um aumento de 44,7% sobre abril de 2020. Naquele mês, o governo havia adiado o recolhimento de alguns tributos por causa da pandemia.

Mesmo desconsiderando esse efeito, há crescimento de 7,4%. A prévia foi elaborada a partir de dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), do

governo federal. O resultado oficial da arrecadação será divulgado nos próximos dias.

O diferimento (adiamento) de impostos e contribuições a partir de abril de 2020 vai criar uma base de comparação deprimida em relação ao padrão habitual de recolhimentos. Por isso, os próximos resultados mensais de 2021 mostrarão grandes crescimentos quando comparados com o ano passado. “Vão passar uma informação distorcida”, disse o pesquisador Matheus Rosa Ribeiro, autor dos cálculos.

Para contornar esse problema, ele fez uma comparação com abril de 2019. Também nesse caso, há um crescimento de 2,8%.

No início do ano, o ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a avaliar que a arrecadação poderia cair a partir de abril, por causa da intensificação das medidas de isolamento social. Os dados da atividade econômica, porém, têm surpreendido e levado o mercado a revisar para cima suas projeções de crescimento em 2021.

Em abril, segundo a prévia da FGV, o principal destaque foram os recolhimentos do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), com R\$ 23,690 bilhões, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), com R\$ 11,560 bilhões, puxados pelos resultados dos balanços trimestrais. Sobre abril de 2020, os aumentos foram de 44,7% e 37,9%, respectivamente. Na comparação com 2019, de 37,5% e 32%.

O crescimento do preço do petróleo em dólar impulsionou as receitas com royalties e participações especiais. O grupo das receitas administradas por outros órgãos, em que se inserem, cresceu 67,6% na comparação com 2020, atingindo R\$ 2,632 bilhões. Comparando com 2019, também há crescimento: 16%.

O dólar alto vem impulsionando os recolhimentos de tributos ligados ao comércio exterior, como o Imposto de Importação e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) vinculado à importação. Nesses dois itens, as receitas foram de R\$ 5,074 bilhões e R\$ 2,508 bilhões. As taxas de crescimento sobre em 2020 são de 44,9% e 63,2%, respectivamente. Sobre 2019, os avanços são de 32,7% e 50,3%.

No Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), o crescimento em relação a abril de 2020 é de 102,6%. Mas, na comparação com 2019, há queda de 64,7%. A explicação é o adiamento dos calendários de pagamento em 2020 e 2021. No mês passado, foram recolhidos R\$ 3,678 bilhões.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Queima de estoque! De R\$ 657 por R\$ 197

KING SHOES

LINK PATROCINADO

O tênis mais vendido de 2021 agora com 70% de desconto!!

LOJA KINGS

LINK PATROCINADO

3 sinais de que seu cão está pedindo ajuda

PETVI

LINK PATROCINADO

Ainda fazendo a barba assim? Conheça a novidade que chocou os barbeiros de Salvador

MAXSHAVE

LINK PATROCINADO

Mercado de gás de cozinha teme nova interferência

Setor deve atrair investimentos para importação e produção nacional

Por Gabriela Ruddy e André Ramalho — Do Rio

18/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

As falas recentes do presidente Jair Bolsonaro, de que está trabalhando com a Petrobras para reduzir “na origem” o preço do gás de cozinha, reacenderam os temores de novas intervenções do governo nos preços do gás liquefeito de petróleo (GLP). O setor vive hoje um processo de abertura, sustentado por investimentos privados, em meio ao fim do subsídio historicamente praticado pela estatal, e acompanha com atenção os desdobramentos sobre o tema.

A Petrobras é a principal fornecedora de GLP no mercado nacional, mas a expectativa é que atores privados entrem em breve na produção, com a quebra do monopólio no refino. Em paralelo, o segmento de distribuição vive uma nova dinâmica, depois da compra da Liquigás pelo consórcio Copagaz - Itaúsa - Nacional Gás Butano. A Petrobras vendeu a Liquigás para o consórcio em 2019.

Segundo executivos, as declarações do presidente dão margem a muitas interpretações e geram ruídos no processo de abertura. “Eu zerei todos os impostos do gás de cozinha, estamos trabalhando com o novo presidente da Petrobras [Joaquim Silva e Luna] em como diminuir o preço do botijão na origem. Hoje está em R\$ 42, dá para diminuir”, disse Bolsonaro, na sexta-feira, sem dar detalhes.

Declarações do presidente dão margem a muitas interpretações e geram ruídos no processo de abertura

Não está claro se Bolsonaro se referia a uma redução pontual e natural nos preços da Petrobras, diante da proximidade do verão no Hemisfério Norte, quando o GLP fica mais barato no mundo; ou se sugeria a volta ao controle de preços. De todo modo, as falas geram dúvidas sobre o futuro da precificação do gás de cozinha. Procurada, a Petrobras não comentou.

A petroleira encerrou, em 2019, a prática de preços diferenciados para o GLP em botijões de 13 quilos (P-13) e o gás vendido a granel (de uso empresarial). Essa diferenciação amparou, por anos, uma política de subsídios pela qual a estatal vendia o P-13 a preços mais baixos que o produto a granel.

O fim da diferenciação dos preços - e do subsídio generalizado do GLP na origem - era um pleito do setor, dada a necessidade de atração de investidores. Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o Brasil importa cerca de um quarto do consumo e, diante da alta projetada de 21% na demanda do derivado, entre 2019 e 2030, precisará de investimentos para ampliar a infraestrutura de importação e para aumentar a produção interna. A EPE estima que a oferta nacional crescerá mais de 60% até 2030 - puxada, sobretudo, pelo aumento da capacidade de processamento de gás no país - ajudando, assim, a reduzir a importação.

O GLP é um derivado do petróleo, produzido nas refinarias. É composto por uma mistura de gases hidrocarbonetos, principalmente propano e butano. Também pode ser produzido em unidades de processamento de gás natural (UPGNs), onde as frações mais pesadas do gás são separadas.

O produto é, historicamente, sensível do ponto de vista político. Com o fim dos subsídios, o botijão passou a responder às variações do mercado internacional e tem pesado mais no bolso da população.

Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), em abril o consumidor pagou, em média, R\$ 84,99 pelo P-13, 21,6% a mais que um ano antes - uma inflação pesada para as famílias brasileiras, sobretudo as de baixa renda. Analistas apontam que, na última década, o preço do botijão se manteve, em média, abaixo de 5% do salário mínimo, percentual que, nos últimos meses, já passa de 7%.

Em março, o governo zerou permanentemente o PIS/Cofins sobre o botijão P-13, ao custo de uma renúncia fiscal superior a R\$ 900 milhões/ano, mas o impacto da medida foi da ordem de R\$ 2 para o consumidor. Hoje, a proposta defendida no setor é a adoção de subsídios focalizados, destinados a clientes de baixa renda. Desde o governo Michel Temer uma política de subsídios para o GLP está em discussão, mas ainda não avançou.

Para Hélder Queiroz, ex-diretor da ANP e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é preciso separar a formação de preços da Petrobras, alinhada ao mercado internacional, e a política pública de preços de combustíveis. “Fazer política pública não é pecado, mas ela tem que ser transparente, estar sujeita ao monitoramento e avaliação, ser focalizada. É mais inteligente controlar o preço na ponta, onde há mais visibilidade do beneficiário sobre o subsídio, do que na origem.”

Um eventual retorno do controle de preços da Petrobras é visto, por executivos do setor, como um risco de desequilíbrio do movimento de abertura do mercado de gás de cozinha no Brasil. Com a venda da refinaria Rlam (BA), o fundo Mubadala desponta como o mais novo produtor de GLP do país. Além disso, distribuidoras têm ampliado aportes em infraestrutura de importação, de olho nas transformações em curso.

“A importação vai ser muito importante daqui pra frente, pois é o que vai fazer a contestação de preços da refinaria. A diferenciação por capacidade operacional entre as distribuidoras vai se dar quando as empresas puderem efetivamente competir no processo de compra”, comenta o presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de GLP (Sindicás), Sérgio Bandeira de Mello.

A entrada de novos agentes na importação já é uma realidade. A Copagaz fechou este ano um acordo para importação de GLP da Argentina por meio de um terminal em Canoas (RS), que passou a operar depois da compra da Liquigás. Segundo o presidente do grupo, Caio Turqueto, a intenção é também investir em um terminal de armazenamento no Nordeste, em Suape (PE). Nos últimos anos, a Copagaz também ampliou a importação da Bolívia, por rodovias.

Turqueto diz que a companhia passou a dar mais atenção ao tema após a greve dos caminhoneiros, em 2018, que acendeu o sinal de alerta para a alta dependência do abastecimento fornecido por refinarias no Sudeste e para a necessidade de diversificar as fontes de suprimento, principalmente para a região Centro-Oeste. “A importação não traz, efetivamente, ganhos econômicos, mas sim segurança e tranquilidade de abastecimento.”

O objetivo da Copagaz é ter em 2022 pelo menos 10% do seu mercado abastecido por importação. A empresa vê potencial, também, para receber cargas do Golfo do México. “Mas falta muita infraestrutura no Brasil ainda. Essa é uma preocupação”, afirma.

Outra distribuidora que se reposiciona, em meio às mudanças no mercado, é a Ultragaz - que iniciou em 2019 a importação de botijões da Argentina. A empresa está investindo R\$ 90 milhões em duas novas bases no Norte e Nordeste, de olho na nova dinâmica do setor. A companhia é controlada pelo grupo Ultra, que negocia a compra da refinaria Refap (RS).

“A concorrência, muito intensa na distribuição, poderá evoluir para uma competição efetiva na aquisição da matéria-prima [com a abertura do refino]. Com acesso a mais opções de fornecimento, será possível adquirir matéria-prima com custo mais competitivo”, citou a empresa, em nota.

A venda da Liquigás, pela Petrobras, redesenhou o mercado. Para minimizar impactos concorrenciais, a Copagaz precisou vender ativos - o que levou, por exemplo, a Fogás, antes concentrada no Norte, a entrar no Sudeste. Já a Nacional consolidou presença no Sul e Sudeste. “A compra de parte da Liquigás demonstra nossa vontade de expansão, com olhar empreendedor, seja através de crescimento

orgânico ou novas aquisições”, disse o diretor-superintendente da empresa, Celso Rocha.

Outro fator que pode ampliar a concorrência é a operação privada das UPGNs, favorecida pela aprovação da Nova Lei do Gás. “As empresas que operarem as unidades tendem a ampliar a capacidade de produção, assim como vai ocorrer com os compradores de refinarias. Eles vão gerar pressões competitivas”, disse Bandeira de Mello. Fontes disseram que novos investimentos vão se concretizar se houver segurança e previsibilidade.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

O tênis mais vendido de 2021 agora com 70% de desconto!!

LOJA KINGS

LINK PATROCINADO

Queima de estoque! De R\$ 657 por R\$ 197

KING SHOES

LINK PATROCINADO

3 sinais de que seu cão está pedindo ajuda

PETVI

LINK PATROCINADO

Marca alemã de automóveis lança óculos de alto padrão com preço justo

THINGTEX

LINK PATROCINADO

O que nunca fazer com um cão que tem mais de 10 anos?

PETVI



COMENTÁRIOS

Ministério da Economia revisa PIB para cima

Projeção de crescimento da equipe econômica para este ano deve passar de 3,2% para 3,5%

Por Fabio Graner — De Brasília

18/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O Ministério da Economia deve elevar para 3,5% sua projeção de crescimento para o Produto Interno Brasileiro (PIB) para 2021, apurou o **Valor**. Atualmente, a estimativa oficial do governo está em 3,2%. A divulgação do novo número está prevista para a manhã de hoje, quando será publicado o Boletim Macrofiscal, produzido pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia.

O movimento do governo segue o que está ocorrendo no mercado nas últimas semanas. Bancos e consultorias já vinham elevando suas projeções há mais de um mês à medida que os números de diferentes indicadores do primeiro trimestre

estava sendo divulgados. E essa tendência foi reforçada após o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br, que tenta antecipar a trajetória do PIB) divulgado na última quinta-feira.

Ontem, a pesquisa Focus mostrou que a mediana das estimativas de mais de uma centena de analistas para o PIB do ano subiu de 3,21% para 3,45%.

O **Valor** já havia informado na semana passada que havia um viés de alta na projeção do governo, mas havia dúvida se isso seria incorporado agora nas projeções ou se os técnicos aguardariam mais informações, como o PIB fechado do primeiro trimestre, que será divulgado no início de junho. Com os resultados de vários indicadores em março mostrando queda na atividade bem menor do que o esperado para aquele mês - quando muitos estados aumentaram suas restrições por conta da escalada de mortes por covid-19 - e os dados do primeiro trimestre indicando um número positivo, a equipe econômica resolveu fechar agora sua projeção mais otimista.

Esse novo número para o PIB calculado pelo ministério da Economia será incluído na grade de parâmetros do relatório bimestral de receitas e despesas, que tem que ser divulgado até o fim desta semana. O dado do PIB afeta, por exemplo, a projeção de receitas do governo, que, por sua vez, afeta a estimativa de resultado primário.

Um crescimento maior da economia também melhora o principal indicador fiscal do país, a relação dívida/PIB.

No relatório bimestral a ser divulgado até o fim da semana, o governo também deve fazer uma revisão em sua projeção de despesas, abrindo espaço para gastos em algumas pastas que sofreram mais ajustes quando o presidente Jair Bolsonaro vetou parte das emendas parlamentares (R\$ 19,8 bilhões) e ainda anunciou o bloqueio de R\$ 9 bilhões para poder cumprir o teto de gastos e atender despesas obrigatórias.

Segundo fontes da área econômica, as projeções para alguns gastos serão reduzidos, como o de seguro-desemprego. Essa rubrica será favorecida pela nova rodada do Benefício Emergencial (BEm, o programa de redução de jornada e salários), que, na visão dos técnicos, vai reduzir o desemprego e, conseqüentemente, o gasto com o seguro. O BEm será pago com crédito extraordinário e, por isso, não afeta o teto de gastos. Os valores da nova projeção de despesas estavam sendo fechados pela área técnica nos últimos dias.

Com a abertura de espaço em algumas despesas obrigatórias, o governo vai poder recompor parte dos recursos para o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), o mais afetado pelos vetos e bloqueio presidenciais, e para outras pastas, como Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia, bem como R\$ 400 milhões para vacina contra covid-19.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Sapatênis Masculino Casual SportFire

R\$ 49.99 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Blusa Plus Size Feminina Ciganinha Xadrez

R\$ 69.95 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

Modulação, STF e uma nova gestão tributária

Esperar o assunto se resolver no Judiciário ou ganhar a força de precedentes parece já não ser uma opção

Por Gustavo D. V. B. da Silva e Adalberto Braga Neto

18/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Recentes decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) têm provocado interessante reflexão sobre a extensão da liberdade de agir dos gestores de empresas e colocado em cheque algumas posturas ditas “conservadoras”, especialmente quando se trata de tributos.

Sabe-se que ao administrador de determinada sociedade empresária são conferidos poderes de gestão impregnados do binômio do poder/dever, isto é, a liberdade de gestão do negócio caminha lado a lado com a obrigação de fazer tudo que possa para resguardar os interesses da empresa (o artigo 153 da Lei das S.A.s atribui ao

administrador o dever de empregar cuidado e diligência na administração). Seria dizer que o gestor nem sempre tem liberdade ampla para agir, sendo suas decisões pautadas mais pelo interesse da empresa do que por seu arbítrio.

Esperar o assunto se resolver no Judiciário ou ganhar a força de precedentes parece já não ser uma opção

Nesse contexto, há consenso que dentre os deveres de diligência do administrador está o bem cuidar das finanças do negócio e lutar, tanto quanto necessário e sem desperdício, para que seja mantido ou ressarcido aos cofres da empresa o que de direito. Isso vale ao sócio na função de administrador, mas, também, ao administrador contratado.

Veja-se que a premissa de evitar o desperdício e afastar-se de penalidades implica, não raras vezes, na decisão do gestor de não suspender o pagamento de determinado tributo, mesmo concordando ser indevido seu pagamento, e, mais, na opção por aguardar a solução de contendas judiciais sobre o tema para autorizar a busca por reparação. Comumente diz-se que essa é uma postura conservadora. Evita-se multas e gastos com discussões antes da perspectiva concreta de retorno financeiro.

Ao que parece, porém, em razão de julgamentos recentes sobre matéria tributária, o Supremo impôs, de forma indireta, uma nova feição ao dever de diligência do

gestor: ser necessário defender sua tese e questionar judicialmente cobrança de forma ativa e antecipada. Essa conclusão ganhou corpo após alguns julgados não pelos seus resultados, mas pela opção quanto aos seus efeitos no tempo.

O caso de maior destaque, sem dúvida, é o da exclusão do ICMS do PIS e da Cofins (RE 574706), mas o mesmo se deu no julgado em que se definiu que incide ISS, e não o ICMS, sobre operações de software (ADIs 1945 e 5659), no que afastou a incidência do ITCMD sobre doações e heranças de bens no exterior (RE 851108), no que determinou o destino do diferencial de alíquotas (Difal-ICMS) em operações interestaduais com não contribuintes (ADI 5469 e RE 1287019), e naquele que determinou a incidência de ISS sobre a manipulação de medicamentos em farmácia (RE 605552), todos nos quais foi utilizado o expediente da “modulação de efeitos”, que restringe temporalmente a eficácia da decisão prolatada pelo STF.

Emblemático, na discussão sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, o STF definiu pela exclusão do tributo estadual, mas limitou a recuperação dos valores pagos indevidamente a quem tenha proposto ação judicial antes da data da decisão (15 de março de 2017). A quem não o fez restou aproveitar apenas a economia futura.

No caso do ISS/software, os efeitos da decisão valem a partir do julgamento (publicação da ata de julgamento), não podendo os Estados cobrarem ICMS antes dessa data, nem os contribuintes repetirem o ICMS pago, bem como os municípios cobrarem ISS em relação aos mesmos fatos geradores. Ficaram ressalvados, basicamente, as ações judiciais em curso e os casos em que houve bitributação.

Para a discussão de ITCMD, os efeitos do afastamento da cobrança também partem do julgamento pelo STF, ficando resguardados aos questionamentos judiciais em curso.

Quanto ao Difal-ICMS a questão ganha ainda maior envergadura porque os efeitos da decisão foram modulados para valer somente a partir de 2022, de modo a dar tempo à edição de lei complementar permitindo a cobrança, e, também nesse caso, protegeu-se o direito dos contribuintes que ingressaram em juízo questionando a tributação.

Por fim, no mesmo talante, tocando o ISS das farmácias de manipulação, a decisão tem efeitos a partir da data de sua prolação quanto ao mérito, ressalvados os casos de bitributação, os que não houve pagamento do ISS ou do ICMS e às ações judiciais questionando a cobrança que estivessem em curso.

Veja-se a constante e o quão marcante é a posição atual que estabeleceu um novo parâmetro de entendimento, que apenas (i) quem não pagou o tributo considerado inconstitucional ou (ii) que buscou suspender sua cobrança judicialmente ou restituir o pagamento indevido que fez, terá os efeitos econômicos provenientes da decisão. A quem aguardou (na suposta posição conservadora) resta conformar-se com o prejuízo e dormir com o amargo gosto do verso popularizado por Zeca Pagodinho, de que “camarão que dorme a onda leva”.

Ou seja, se antes ajuizar uma ação judicial questionando determinado pagamento de tributo era uma solução pontual ou uma opção da empresa, que escolhia “se” e “quando” exporia sua posição jurídica, a partir desse novo posicionamento do STF, porém, o vetor é outro, nasce um dever de diligência em tão logo discutir. Por um motivo simples: pode ser que a opção não exista no futuro.

E valer refletir além, pois a nova moderação do Supremo quanto à aplicação temporal de suas decisões nasce em um aparente novo contexto no qual os julgamentos virtuais dão outro ritmo ao Judiciário e aos debates jurídicos, e certamente darão, rapidamente, uma nova feição a alguns modelos de negócio.

Esperar o assunto se resolver no Judiciário ou ganhar a força de precedentes (especialmente os da Suprema Corte) parece já não ser uma opção. Não estaria o gestor obrigado, pelo dever de diligência, de antecipar e assegurar a reparação devida à empresa? Afinal, agora é conservador agir e não mais aguardar?

Esse país tão conhecido pelas jaboticabas planta mais uma, pois nem sempre uma ilegalidade ou uma inconstitucionalidade implicará uma reparação equivalente. Cabe ao gestor se antecipar.

Gustavo Dalla Valle Baptista da Silva e Adalberto Braga Neto são, respectivamente, sócio de Leite de Barros Zanin Advocacia (LBZ) e coordenador da área de contencioso tributário do mesmo escritório

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Sapatênis Masculino Casual SportFire

R\$ 49.99 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Blusa Plus Size Feminina Ciganinha Xadrez

R\$ 69.95 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Fluoxetina 20mg Genérico Germed 30 Comprimidos Revestidos

R\$ 26,99

DROGARIA SP

Comprar

LINK PATROCINADO

O tênis mais vendido de 2021 agora com 70% de desconto!!

LOJA KINGS

LINK PATROCINADO

Queima de estoque! De R\$ 657 por R\$ 197

KING SHOES

 **COMENTÁRIOS**

Mais do Valor **Econômico**

Fux determina que Lewandowski seja relator do pedido da 'capitã cloroquina'

PGR encaminha inquéritos contra três governadores

Maioria está sob sigilo e trata da aplicação de recursos destinados ao combate à pandemia

Por Renan Truffi, Isadora Peron e Vandson Lima — De Brasília

18/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O procurador-geral da República, Augusto Aras, encaminhou à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid um resumo dos inquéritos que estão em andamento contra governadores no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A maioria deles está sob sigilo e trata da aplicação de recursos destinados ao combate à pandemia. De acordo com o documento, os processos que estão sob análise da Corte envolvem os governadores da Bahia, Rui Costa (PT), do Pará, Helder Barbalho (MDB) e do Amazonas, Wilson Lima (PSC).

O ofício lista também investigações preliminares que miram nos governadores de São Paulo, João Doria (PSDB), e Minas Gerais, Romeu Zema (Novo). Inicialmente havia ainda processos contra o ex-governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel, mas estes foram encaminhados à primeira instância. “Nesse esforço de colaboração mútua, consigno que as autoridades do Ministério Público Federal aguardam que as conclusões da CPI possam muito agregar aos esforços que elas têm empreendido na elucidação dos fatos”, diz Aras no documento.

Os resumos que se referem a Witzel são os mais extensos. Ao todo, são quatro ações penais e dois inquéritos contra o ex-governador, mas todos já encaminhados à 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro após o impeachment e a perda dos direitos políticos dele.

No caso da Bahia, que é alvo de um único inquérito em sigilo, o resumo diz apenas que trata-se de investigação sobre “aquisição fraudada de respiradores pelo governador Rui Costa”. Sobre o Pará, são dois inquéritos. O primeiro refere-se à compra de 400 unidades de ventiladores pulmonares pelo Estado, “com possível envolvimento do governador”, e o segundo trata da aquisição de 1,6 mil unidades de bomba de infusão junto à empresa SKN do Brasil Importação e Exportação de Eletroeletrônicos Ltda.

Além disso, há mais dois inquéritos contra o governador do Amazonas. O primeiro deles é público e tem como objeto a aquisição de respiradores. O segundo é sigiloso

e trata do aluguel de espaço e contratos para instalação do hospital de campanha Nilton Lins, bem como “eventos de janeiro de 2021 relativos à falta de oxigênio”. No documento, Aras ainda lista quatro notícias de fato envolvendo o governo estadual.

Por fim, o ofício explica os casos de Minas Gerais e São Paulo. Em relação a Romeu Zema, há uma investigação preliminar sobre a execução do programa “Protege Minas”, que está em sigilo. “Identificou-se possível ocorrência de sobrepreço nas contratações”, diz o texto.

Contra João Doria, há uma sindicância e quatro notícias de fato, que, na prática, são investigações preliminares. Estas podem ou não se converter em inquéritos futuramente. Assim como nos outros casos, a sindicância também envolve irregularidades na aquisição de respiradores em São Paulo.

Mas há ainda uma notícia de fato, formulada pelo Instituto Nacional de Advocacia (Inad), sobre a suposta prática de “crime contra a humanidade e segurança nacional” por conta da “ocorrência de sobrepreço” na aquisição da vacina Coronavac.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Blusa Plus Size Feminina Ciganinha Xadrez

R\$ 69.95 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Sapatênis Masculino Casual SportFire

R\$ 62.99 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Psii! Você esqueceu seu sérum preenchedor de rugas no carrinho! Corre que dá tempo!

DIATENA OFICIAL

LINK PATROCINADO

O tênis mais vendido de 2021 agora com 70% de desconto!!

LOJA KINGS

LINK PATROCINADO

Queda de incentivo fiscal será lenta

Projeto da LDO do ano que vem mostra ligeira queda da renúncia tributária

Por Edna Simão — De Brasília

18/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Os incentivos fiscais - tratados na contabilidade pública como gastos tributários - devem ter redução gradual até 2024 em proporção do PIB, mas se manterão em patamar elevado. No cenário apresentado pela equipe econômica no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2022, a renúncia tributária deve subir de 4,26% do Produto Interno Bruto em 2020 para 4,28% do PIB em 2021. Depois, ir para 4,11% do PIB em 2022 e para 4,05% do PIB em 2024. Em valores nominais, o gasto tributário deve sair de R\$ 317,256 bilhões para R\$ 351,076 bilhões de 2020 para 2021. Em 2022, esse valor deve somar R\$ 365,209 bilhões e atingir R\$ 411,799 bilhões em 2024, segundo o PLDO de 2022.

A participação desse gasto tributário no total de receitas não terá grandes mudanças e se manterá dentro da casa dos 20%. Pelas projeções da Receita Federal, essa participação foi de 21,24% em 2020 e deverá passar a 23,61% no fim desse ano, encerrando 2024 na marca de 21,25%. A redução dos incentivos tributários é constantemente discutida no âmbito do governo, principalmente, neste cenário de forte restrição fiscal.

Procurada, a Receita Federal preferiu não se manifestar sobre os dados, mas economistas ouvidos pelo **Valor** explicaram que a evolução dos gastos tributários apresentada pelo governo na PLDO de 2022 mostra que não é esperado corte efetivo desses benefícios no período de 2022 a 2024. Além disso, para que acontecesse uma queda consistente, seria necessária, conforme o ex-secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, uma reforma tributária abrangente, o que ele não acredita que vai ocorrer neste governo. Para Cintra, a pequena variação do gasto tributário até 2024 está mais relacionado a variações inflacionárias do que à mudança de política.

O ex-secretário ressaltou que a tabela de gastos tributários está “malfeita” por incluir incentivos concedidos ao Simples e Zona Franca de Manaus, que são regimes tributários constitucionais. “Não é uma opção de gasto que o governo faz”, disse. Segundo Cintra, a PLDO de 2022 mostra um dado de “realismo”, até porque há espaço hoje para reduzir esses incentivos. “A PLDO adotou postura realista”, disse. Muitos desses incentivos são “irredutíveis”, conforme o ex-secretário, por dificuldade jurídica, econômica e política.

Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper, destacou que só vê uma queda relevante desses benefícios no contexto de uma reforma tributária, que acabe com todos ou quase todos incentivos de uma vez ao se alterar a sistemática de cobrança dos tributos. Isso valeria tanto para o governo federal quanto para a guerra fiscal travada em Estados e municípios. Ele ressaltou que “o lobby para manter e ampliar benefícios é muito grande”. Para o pesquisador, já será uma vitória se novos benefícios não forem criados, e se aqueles que têm prazo definido de duração não forem renovados.

O economista Manoel Pires, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), explicou que só vai haver uma diminuição mais rápida dos gastos tributários quando começar a serem eliminadas as renúncias. Ele destacou que existem duas opções para redução dessa conta. Uma seria a reforma tributária e a outra, que é a que parece ser a preferida do governo, é uma queda gradual como previsto na PEC Emergencial, promulgada em março, sem necessariamente discutir a reforma tributária.

A PEC prevê que o presidente da República encaminhe ao Congresso em até seis meses após a promulgação da emenda, ou seja até setembro, um plano de redução gradual de incentivos e benefícios tributários. Junto com esse plano também deve ser encaminhada proposta de leis e estimativas dos respectivos impactos orçamentários das mudanças. De acordo com a emenda, os projetos devem reduzir os gastos com esses benefícios em 10% já no ano em que esse projeto for apresentado. A ideia, segundo a PEC, é que em oito anos esses gastos não sejam maiores que 2% do PIB. Como não há imposição para aprovação dos projetos de lei prevendo a revisão, a avaliação é de que a PEC será inócua para reduzir gastos tributários.

O economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, afirmou que “o sinal que o governo dá é que não há intenção de mexer nisso, especialmente porque o calendário eleitoral não permite reonerar empresas que potencialmente poderão retirar o apoio que ainda resta ao presidente”. “É um cálculo político com consequências econômicas que se arrastam. Eu diria que dada a dificuldade de se fazer o ajuste fiscal via gastos, será muito provável que vejamos o ajuste acontecer via tributação, e parte disso vai passar pelos gastos tributários, mas apenas de 2023 em diante”, destacou. Para Vale, a reforma tributária deveria contemplar uma discussão mais profunda sobre as isenções concedidas ao Simples e da Zona Franca de Manaus que compõem boa parte dos gastos tributários. “Creio que esse pedaço não será mexido”, afirmou.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Blusa Plus Size Feminina Ciganinha Xadrez

R\$ 69.95 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Sapatênis Masculino Casual SportFire

R\$ 62.99 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Fluoxetina 20mg Genérico Germed 30 Comprimidos Revestidos

Reação da economia melhora, sem dar espaço para otimismo

Sem a recuperação do emprego e da renda falta sustentabilidade à retomada econômica

18/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Apesar dos resultados fracos da economia em março, especialmente na indústria e nos serviços, as projeções para o primeiro trimestre estão melhor do que se esperava e a perspectiva para o ano é positiva. As incertezas, porém, ainda são muitas a essa altura do calendário, e arrefecem maior otimismo.

A economia vinha se recuperando a passos lentos desde o tombo de abril do ano passado, quando o IBC-Br, considerado uma prévia do Produto Interno Bruto (PIB) desabou 9,8% com o impacto da primeira onda da covid-19. Com as medidas de estímulo do governo, as perdas acabaram caindo pela metade e o PIB medido pelo

IBGE acabou fechando com queda de 4,1%. A trajetória de retomada continuou neste ano. Em janeiro, o IBC-Br aumentou 0,9% em relação a dezembro e, em fevereiro, 1,9%, também em comparação com o mês anterior.

Foi quando sobreveio a segunda onda da pandemia. Além do aumento do número de mortes, a covid-19 obrigou Estados e municípios a adotarem medidas restritivas que frearam a atividade econômica. A produção industrial caiu 2,4% em março e o estrago só não foi maior por causa do mercado externo. Os serviços encolheram 4%; e o varejo teve módico crescimento de 0,6%, apoiado nas transações pela internet. Como resultado, o IBC-Br teve a primeira queda em dez meses, de 1,59% em março na comparação com fevereiro.

A surpresa, no entanto, veio com o fechamento do IBC-Br no primeiro trimestre que, segundo o Banco Central, teve elevação de 2,3% em relação ao quarto trimestre de 2020. O monitor do PIB da Fundação Getulio Vargas, divulgado ontem, também mostra resultado positivo, embora menor, de 1,75% do primeiro trimestre na mesma base de comparação. O PIB oficial do IBGE será divulgado em 1º de junho.

O IBC-Br superou as previsões e desencadeou uma revisão das expectativas para o ano. Vários bancos elevaram a estimativa de crescimento do PIB neste ano para mais de 4%, o que neutralizaria as perdas do ano passado. Relatório Focus mostrou aumento da previsão do mercado para o PIB deste ano para 3,45% em comparação com 3,21% na semana anterior.

As previsões mais otimistas para o ano são sustentadas por outros dados. Levantamento do Confaz mostra que a arrecadação consolidada do ICMS em 18 Estados, imposto diretamente relacionado ao consumo, teve avanço de 19,6% de janeiro a abril frente ao mesmo período de 2020. Um dos bancos que elevou a estimativa para o ano, o Itaú Unibanco, que cravou 4%, informa que seu Indicador Diário de Atividade (Idat), baseado em dados de consumo de bens, serviços e energia elétrica na indústria, atingiu o nível pré-pandemia (100 pontos) pela primeira vez em 7 de maio, puxado pelos serviços. O aumento do consumo de bens também foi registrado e atribuído ao Dia das Mães.

Não há consenso a respeito do que está por trás desses números. Alguns especialistas dizem que as medidas restritivas não foram totalmente observadas como na primeira onda da covid-19 por falta de apoio do governo federal. A retomada do pagamento do auxílio emergencial só ocorreu a partir de abril e deve ter ajudado, apesar do valor significativamente inferior ao do concedido em 2020. Desta vez, o auxílio emergencial está projetado para liberar R\$ 43 bilhões, para 46 milhões de brasileiros. No ano passado, foram pouco mais de R\$ 293 bilhões para 68 milhões de pessoas.

O ciclo de alta de preços e aumento da demanda das commodities também favorece a economia, impulsionando o comércio exterior e setores como mineração e produtos agropecuários.

Mas algumas incertezas põem o cenário otimista em dúvida. Uma delas é a vacinação, que segue claudicante e com a disponibilidade de imunizantes incerta. Uma eventual terceira onda da covid-19 não é totalmente descartada.

Mesmo com o nível de atividade se recuperando, ainda que lentamente, não são visíveis melhorias no mercado de trabalho. Nem bem foi lançado, o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm) já tem 1,5 milhão de trabalhadores beneficiados. Sem a recuperação do emprego e da renda falta sustentabilidade à retomada econômica. Como se tudo isso já não fosse preocupante, há ainda as turbulências no cenário político, que inibem os investimentos e tolhem as empresas. Não é por outro motivo que as previsões para 2022 são de crescimento do PIB inferior ao deste ano.

Renegociação de dívidas tem alta chance de aprovação

Proposta tramita no Senado

Por Cristian Klein — Do Rio

18/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal pautaram para votação esta semana uma proposta com relevância econômica que tem alta chance de aprovação nos próximos 180 dias, segundo projeção do Estudos Legislativos e Análise Política do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap/Ello) para o **Valor Política**.

O projeto com maior chance de aprovação está no Senado e é a medida provisória que prevê uma ampla renegociação de dívidas junto aos fundos constitucionais do

Norte, Nordeste e Centro-Oeste (FNO, FNE e FCO, respectivamente). A MP foi aprovada no dia 29 pela Câmara e tem validade até o dia 27 deste mês.

O levantamento considerou cinco propostas com impacto econômico que estão na pauta de plenário da Câmara e do Senado ou terminativa nas comissões. A probabilidade de aprovação dessas propostas é calculada pelo Cebrap/Ello com base num modelo estatístico sobre o histórico de votações desde 1988.

O Decisão Legislativa é um serviço exclusivo, desenvolvido em parceria com o Cebrap/Ello, para acompanhar o processo decisório no Congresso Nacional sobre temas relevantes para a economia.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Sapatênis Masculino Casual SportFire

R\$ 49.99 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Blusa Plus Size Feminina Ciganinha Xadrez

R\$ 69.95 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Cortina De Varão Voil Com Forro Micro Fibra 3,00 X 2,80 Ilhós Cromado

R\$ 119,52

AMERICANAS.COM

Comprar

LINK PATROCINADO

Queima de estoque! De R\$ 657 por R\$ 197

KING SHOES

LINK PATROCINADO

O tênis mais vendido de 2021 agora com 70% de desconto!!

LOJA KINGS

Conteúdo Publicitário